

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem  
(LAEL)

**IDEOLOGIA E *ETHOS*: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO DEPUTADO NIKOLAS  
FERREIRA NO INSTAGRAM**

Tamara Rodrigues Raffoul

MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

São Paulo  
2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem  
(LAEL)

**IDEOLOGIA E *ETHOS*: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO DEPUTADO NIKOLAS  
FERREIRA NO INSTAGRAM**

Tamara Rodrigues Raffoul

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Professora Dra. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva.

São Paulo  
2025

**Banca Examinadora**

---

---

---

**Dedicatória**

À Magali Rodrigues Raffoul (*in memoriam*)

Por todos os dias felizes que compartilhamos e por dividirmos a  
crença em um mundo mais justo e igualitário.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

## Agradecimentos

À minha mãe e aos meus irmãos, que sempre apoiaram meus sonhos. Agradeço especialmente aos caçulas, Rosemary e Gabriel, pelo amor incondicional que compartilhamos desde a infância, pelos *shows* de *rock* e por aguentarem a minha chatice desde que nasceram.

À Professora Doutora Sumiko Nishitani Ikeda, meus sinceros agradecimentos. Sua generosa acolhida como orientadora foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e da minha trajetória acadêmica. Guardo com muito carinho as aulas de sexta-feira à tarde, pois foram muito mais do que um compromisso curricular: foram a porta de entrada para um universo de conhecimento. Foi sob sua orientação que me familiarizei com os princípios da Linguística Sistêmico-Funcional e, por meio das minuciosas análises de textos publicitários e jornalísticos, pude construir as bases teóricas e analíticas que me permitiram, posteriormente, adentrar o campo da Análise de Discurso Crítica (ADC). Seu rigor intelectual e sua paixão pelo assunto foram verdadeiramente inspiradores. Agradeço também pelo dedo de prosa no café da PUC após as aulas, esses momentos de troca e acolhimento foram essenciais para toda a turma e fortaleceram meu senso de comunidade acadêmica. Por isso, agradeço especialmente aos colegas — “sumikistas” —, cuja parceria e camaradagem tornaram mais agradável o ingresso no mestrado.

À Professora Doutora Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, nossa querida “Cecilinha”, direciono meus mais profundos e sinceros agradecimentos. Sua parceria incansável e dedicação exemplar transcendem o papel formal de orientadora, constituindo-se no alicerce sem o qual esta jornada não seria possível. É raro encontrar uma pessoa que conjugue, com tanta maestria, o rigor intelectual de uma exímia professora e a generosidade de uma mentora genuinamente comprometida com o crescimento de seus orientandos. Sou imensamente grata pela paciência com a qual conduziu este processo, especialmente ao lidar com minhas digressões em sala de aula e uma irremediável desatenção aos prazos – um desafio que, creio, foi enfrentado com humor e estratégia dignos de uma analista do discurso. Seu profundo conhecimento da Linguística e da Análise de Discurso Francesa não apenas enriqueceu meu arcabouço teórico, mas também se tornou uma constante fonte de inspiração, desafiando-me a pensar com mais complexidade e clareza. Este agradecimento seria incompleto sem reconhecer seu papel fundamental no

momento mais desafiador do mestrado: o afastamento da querida professora Sumiko. Foi a senhora que nos acolheu e garantiu a continuidade de nossas pesquisas. É importante reconhecer quem nos apoia durante as tempestades. Por fim, deixo registrado que a maior contribuição do seu trabalho orientador foi a ampliação de minhas perspectivas acadêmicas: foi sob sua orientação que uma nova paixão pela Análise do Discurso Francesa floresceu, redefinindo meus interesses de pesquisa e meu olhar sobre a linguagem. Por tudo isso, por cada correção minuciosa, cada incentivo e por acreditar neste projeto e apoiar meu percurso, o meu “muito obrigada”.

É com sincera gratidão que registro a importância das aulas da Professora Doutora Maria Cecília Camargo Magalhães em minha formação. Seus ensinamentos foram essenciais para ampliar meu repertório acadêmico, particularmente no que se refere à descolonização do pensamento e ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica ao longo do curso. Sua generosidade, experiência e conhecimento profundo sobre Linguística Aplicada e Educação foram fundamentais para guiar discussões complexas. Agradeço não apenas pelo conhecimento compartilhado, mas também pelo apoio constante e sincero ao meu percurso. Seu curso foi determinante para meu amadurecimento, tanto intelectual quanto pessoal. Muito obrigada, Ciça!

À Maria Lúcia dos Reis, o LAEL não seria o mesmo sem você.

À Jackelin Wertheimer Cavalcante, pela contribuição imprescindível à minha qualificação. Acolhi cada sugestão com sincera estima, sua clareza e precisão foram fundamentais não apenas para enriquecer este trabalho, mas para refinar e amadurecer minhas ideias. Obrigada por tudo!

Agradeço também aos meus amigos da graduação de História, com quem há quase duas décadas compartilho sonhos, dissabores e a esperança – no sentido mais freireano da palavra – de um mundo em que a justiça social não seja confundida com paternalismo.

Ao amigo Sandro Ribeiro Chagas, cuja memória é mais eficiente que qualquer algoritmo e que nunca se furta ao debate, mantendo-se fiel aos princípios que o guiam. Agradeço pelas sugestões de leitura, filmes e séries ao longo dos anos e pelas conversas que sempre renovam as energias para a jornada.

À Tatiana Di Beo, que primeiro me apresentou à Linguística Aplicada e incentivou-me a ingressar no mestrado – e, por isso/apesar disso, sou grata. Obrigada também pelas “gemelices”.

Ao camarada Marcelo Campos Tiago pela leitura atenta e dicas valiosas. Muito obrigada.

Aos amigos Maria e Luiz Fernando, pelas trocas sobre ecossistemas digitais e pelo apoio nos preparativos para a defesa.

Por último, agradeço aos amigos da EMEF Saturnino Pereira pelo apoio e escuta, e à minha diretora, Rute Rodrigues Reis, cujos ajustes em meu horário de trabalho foram essenciais para que eu cumprisse meus créditos e avançasse em minha formação.

Cada etapa desta jornada só foi possível graças ao apoio de pessoas que, com generosidade, ajudaram a pavimentar o caminho que percorri. Sou imensamente grata a todos que fizeram parte desta trajetória e contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

“A linguagem política é projetada para fazer mentiras parecerem verdades e assassinatos respeitáveis, e para dar aparência de solidez ao puro vento.” George Orwell (1946)

## RESUMO

Durante as eleições presidenciais de 2018, a utilização sistêmica das redes sociais para engajamento político e disseminação de conteúdo de extrema direita representou um fenômeno de proporções inéditas no país. Parte desse engajamento foi alcançado por meio da manipulação de algoritmos por *softwares* automatizados – *bots* maliciosos – que ampliaram, artificialmente, o alcance de publicações e perfis ligados ao bolsonarismo. Acrescente-se, ainda, ataques orquestrados a partir do disparo de *fake news* contra opositoros do então candidato, Jair Bolsonaro, pelo Whatsapp. Nesse cenário de redes sociais, a projeção alcançada por políticos de extrema direita influenciou a opinião pública e o comportamento de milhões de brasileiros que se aglutinaram em torno de uma “retórica do ódio” que dividiu o país. Entre eles, destaca-se o deputado federal Nikolas Ferreira, parlamentar que se apresenta como cristão evangélico, conservador de direita, defensor da “família tradicional” e apoiador de Jair Bolsonaro. Trata-se do político brasileiro com maior engajamento nas redes sociais e o segundo com maior número de seguidores no Instagram, somando 18 milhões. Justifica-se, portanto, a escolha do *corpus* desta pesquisa: vídeos com maior engajamento publicados por ele no Instagram, no período de janeiro de 2024 a janeiro de 2025. Do ponto de vista teórico-metodológico, este estudo recorre à Análise de Discurso Crítica (ADC) — notadamente ao modelo tridimensional de Norman Fairclough — para identificar os elementos discursivos que compõem as estratégias discursivas de Nikolas Ferreira. Apoiar-se também na Análise Enunciativa-Discursiva e na noção de *ethos* discursivo, conforme proposta por Dominique Maingueneau, a fim de apreender a imagem de si (*ethos*) que o deputado constrói em seus vídeos no Instagram. Esta dissertação propõe-se a responder às seguintes perguntas: (a) que elementos discursivos compõem as estratégias discursivas de Nikolas Ferreira no Instagram? (b) que imagem de si (*ethos*) ele constrói nessa plataforma? e (c) que mecanismos ideológicos, presentes nas transcrições de seus vídeos, podem ser identificados por meio da articulação entre a ADC e a Análise Enunciativa-Discursiva? Por fim, este estudo reafirma a urgência de pesquisas críticas que acompanhem a crescente sofisticação dos mecanismos de desinformação, a opacidade algorítmica e os processos discursivos no ambiente digital. Seu propósito final é duplo: visa desenvolver não apenas materiais acadêmicos robustos, mas também ferramentas eficazes de alfabetização midiática, com vistas a enfrentar os desafios impostos pela nova esfera pública digital.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso Crítica (ADC); Análise Enunciativa-Discursiva; Ideologia; *Ethos* Discursivo e Redes Sociais.

## ABSTRACT

During the 2018 presidential elections, the systemic use of social media for political engagement and the dissemination of far-right content represented a phenomenon of unprecedented proportions in the country. Part of this engagement was achieved through the manipulation of algorithms by automated software – malicious bots – which artificially amplified the reach of publications and profiles linked to Bolsonarism. Furthermore, there were orchestrated attacks, via the dissemination of fake news against opponents of the then-candidate, Jair Bolsonaro, through WhatsApp. In this social media scenario, the reach achieved by far-right politicians influenced public opinion and the behavior of millions of Brazilians who rallied around a "rhetoric of hate" that divided the country. Among them, federal deputy Nikolas Ferreira stands out, a parliamentarian who presents himself as an evangelical Christian, right-wing conservative, defender of the "traditional family" and supporter of Jair Bolsonaro. He is the Brazilian politician with the highest social media engagement and the second with the highest number of followers on Instagram, totaling 18 million. The choice of the research corpus is therefore justified: the videos with the highest engagement published by him on Instagram, from January 2024 to January 2025. From a theoretical-methodological point of view, this study resorts to Critical Discourse Analysis (CDA) — notably the three-dimensional model proposed by Norman Fairclough — to identify the discursive elements that compose Nikolas Ferreira's rhetorical strategies. It also relies on Enunciative-Discursive Analysis and the notion of discursive ethos, as developed by Dominique Maingueneau, with the aim of comprehending the image of self (ethos) that the congressman constructs in his Instagram videos. This dissertation proposes to answer the following questions: (a) what discursive elements compose Nikolas Ferreira's rhetorical strategies on this platform? (b) what image of self (ethos) does he construct on Instagram? and (c) what ideological mechanisms, present in the transcripts of his videos, can be identified through the articulation between CDA and Enunciative-Discursive Analysis?<sup>1</sup> Finally, this study reaffirms the urgency of critical research that keeps pace with the increasing sophistication of disinformation mechanisms, algorithmic opacity, and discursive processes in the digital environment. Its ultimate purpose is twofold: it aims to develop not only robust academic materials, but also effective media literacy tools, in order to address the challenges posed by the new digital public sphere.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis (CDA); Enunciative-Discursive Analysis; Ideology; Discursive Ethos and Social Media.

---

<sup>1</sup> Tradução realizada com auxílio de Inteligência Artificial (Gemini) e correção da autora.

## RÉSUMÉ

Durant les élections présidentielles de 2018, l'utilisation systémique des réseaux sociaux pour l'engagement politique et la diffusion de contenu d'extrême-droite a représenté un phénomène aux proportions inédites dans le pays. Une partie de cet engagement a été atteinte grâce à la manipulation des algorithmes par des logiciels automatisés – des bots malveillants – qui ont amplifié artificiellement la portée des publications et des profils liés au bolsonarisme. Il faut ajouter à cela des attaques orchestrées à partir de l'envoi massif de fausses nouvelles (fake news) contre les opposants du candidat d'alors, Jair Bolsonaro, via WhatsApp. Dans ce scénario des réseaux sociaux, la portée atteinte par les politiciens d'extrême-droite a influencé l'opinion publique et le comportement de millions de Brésiliens qui se sont agrégés autour d'une "rhétorique de la haine" qui a divisé le pays. Parmi eux, se distingue le député fédéral Nikolas Ferreira, parlementaire qui se présente comme un chrétien évangélique, conservateur de droite, défenseur de la "famille traditionnelle" et soutien de Jair Bolsonaro. Il s'agit du politicien brésilien avec le plus grand engagement sur les réseaux sociaux et du deuxième avec le plus grand nombre d'abonnés sur Instagram, totalisant 18 millions. Le choix du corpus de cette recherche est donc justifié: les vidéos avec le plus grand engagement publiées par lui sur Instagram, sur la période de janvier 2024 à janvier 2025. Du point de vue théorico-méthodologique, cette étude recourt à l'Analyse du Discours Critique (ADC) — notamment au modèle tridimensionnel proposé par Norman Fairclough — pour identifier les éléments discursifs qui composent les stratégies rhétoriques de Nikolas Ferreira. Elle s'appuie également sur l'Analyse Énonciative-Discursive et sur la notion d'ethos discursif, telle que développée par Dominique Maingueneau, dans le but de dégager l'image de soi (ethos) que le député construit dans ses vidéos sur Instagram. Cette dissertation se propose de répondre aux questions suivantes: (a) quels éléments discursifs composent les stratégies rhétoriques de Nikolas Ferreira? (b) quelle image de soi (ethos) construit-il sur cette plateforme? et (c) quels mécanismes idéologiques, présents dans les transcriptions de ses vidéos, peuvent être identifiés par l'articulation entre l'ADC et l'Analyse Énonciative-Discursive?<sup>2</sup> Enfin, cette étude réaffirme l'urgence d'une recherche critique qui suive le rythme de la sophistication croissante des mécanismes de désinformation, de l'opacité algorithmique et des processus discursifs dans l'environnement numérique. Son objectif ultime est double : développer non seulement des ressources académiques solides, mais aussi des outils efficaces d'éducation aux médias, afin de répondre aux défis posés par la nouvelle sphère publique numérique.

**Mots-clés:** Analyse Critique du Discours (ACD) ; Analyse Énonciative-Discursive ; Idéologie ; Ethos Discursif et Réseaux Sociaux.

---

<sup>2</sup> Tradução realizada com auxílio de Inteligência Artificial (Gemini) e correção da autora.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO.....</b>	<b>20</b>
1. Breve Contextualização sobre o conceito de desinformação.....	20
2. Guerra cultural e retórica do ódio.....	25
<b>CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>29</b>
1. Análise de Discurso Crítica: ADC faircloughiana.....	30
2. Análise Enunciativo-Discursiva: a construção do <i>ethos</i> .....	35
<b>CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>40</b>
1. Procedimentos de análise.....	42
<b>CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO E ANÁLISE DO CORPUS.....</b>	<b>44</b>
1. O que não te contaram: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 22/02/2024 (Anexo A).....	46
2. Ninguém aguenta mais: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 26/07/2024 (Anexo B).....	50
3. O Pix está unindo o povo: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 14/01/2025 (Anexo C).....	52
4. Discussão dos resultados.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

Os ecossistemas digitais reconfiguraram as práticas comunicacionais e os processos de produção de sentido na contemporaneidade. Nesse novo contexto, mais do que meros canais de transmissão de informação, plataformas como o Instagram constituem ambientes complexos. Neles, algoritmos e interações orgânicas se entrelaçam para moldar a visibilidade, o engajamento e a própria natureza dos discursos que ali circulam. Nessas plataformas, a diluição das fronteiras entre público e privado, informação e desinformação, entretenimento e militância política cria um terreno fértil para novas formas de atuação política e para a consolidação de lideranças que influenciam um número crescente de seguidores. É exatamente nesse cenário de transformações estruturais da esfera comunicacional que se insere a atuação do deputado Nikolas Ferreira, cujas estratégias discursivas constituem o objeto central deste estudo.

Nesse sentido, compreender o funcionamento dos algoritmos que estruturam o funcionamento dos ecossistemas digitais torna-se etapa fundamental para a análise que se pretende desenvolver.

Os algoritmos desempenham um papel fundamental na transmissão de dados na rede, desde a criação da ARPAnet<sup>3</sup> na década de 1960. Com o crescimento da internet, novos algoritmos foram essenciais para garantir o funcionamento de protocolos de comunicação como o TCP/IP, base da comunicação digital contemporânea (Adlercreutz; Chiapero, 2012). Mas, afinal, o que exatamente são os algoritmos? De acordo com Marie-Anne Paveau (2022), os algoritmos são sequências de instruções que resolvem problemas. Na internet, gerenciam um vasto volume de informações, realizando buscas, processamentos, classificações e hierarquizações. Para tanto, efetuam cálculos que determinam a visibilidade da informação, a saber: quais conteúdos serão mais frequentes, mais bem posicionados ou amplamente disseminados, enquanto outros podem ser invisibilizados. Assim, a internet moderna, como a conhecemos, opera com o auxílio de uma complexa rede algorítmica responsável pela organização, processamento e distribuição de informações em escala global. Em relação aos algoritmos, estes realizam diversas funções; nas redes sociais, por exemplo, eles determinam quais

---

<sup>3</sup> Primeira rede de computadores conectados para compartilhar dados e recursos, criada em 1969, pelo Departamento de Defesa Norte Americano.

conteúdos aparecem na linha do tempo de um usuário, reconhecendo seus interesses com base em interações anteriores. “Não existe um único algoritmo que decide o que você vê. Cada parte do aplicativo (feed, explorar e reels) – no caso do Instagram – tem o próprio sistema de classificação com base em como você interage com ele” (Creators, 2025). No mesmo sentido, tem-se a afirmação da jornalista Paula Adamo Idoeta (2021):

A tarefa principal desses algoritmos é favorecer a experiência do usuário nas redes sociais - por exemplo, coletando o máximo de informações possível sobre esse usuário e fornecendo a ele conteúdo que se adequa a suas preferências, fazendo com que ele permaneça mais tempo conectado (Idoeta, 2021).

No entanto, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República em 2018, para além de fornecer conteúdos que se adequassem ao perfil do usuário, observou-se a utilização sistêmica das redes sociais para outra finalidade, qual seja: aumentar o engajamento político dos candidatos por meio da manipulação dos algoritmos. Logo, as fazendas de cliques<sup>4</sup> — frequentemente empregadas por setores bolsonaristas (Carvalho e Melo 2023) — tornaram-se uma das estratégias encontradas para manipular os algoritmos e ampliar o alcance de conteúdos defendidos pela extrema direita. Tais operações incluíam ataques orquestrados, como o disparo em massa de *fake news* contra opositoros do então candidato Jair Bolsonaro por meio do WhatsApp (Mello, 2020).

Publicações impulsionadas por *softwares* automatizados ou cliqueiros — indivíduos remunerados para criar perfis falsos e promover conteúdos específicos — manipulam as métricas de engajamento utilizadas pelos algoritmos das plataformas digitais. Esses algoritmos, por sua vez, baseiam-se em indicadores como curtidas, comentários e compartilhamentos para determinar a relevância de um conteúdo e promover sua disseminação. A atuação das fazendas de cliques (ou *click farms*), ao simular interações humanas coordenadas tem como efeito inflar artificialmente a popularidade de conteúdos e perfis — aqui destacamos a produção alinhada a grupos de extrema direita. Esse mecanismo funciona como um vetor determinante

---

<sup>4</sup> Fazendas de cliques são operações cibernéticas, geralmente de natureza fraudulenta, que utilizam redes de contas falsas — automatizadas (bots) ou operadas por indivíduos (cliqueiros) — para gerar engajamento artificial, manipulando as métricas de plataformas digitais com fins políticos ou comerciais. Estas operações sustentam-se em modelo de mão-de-obra precarizado, onde cliqueiros executam atividades repetitivas sob condições trabalhistas degradantes, recebendo valores ínfimos por cada interação realizada.

na propagação de desinformação, uma vez que o engajamento artificial gera conteúdos virais,<sup>5</sup> conferindo aparência de legitimidade e aceitação social a narrativas enganosas. Como consequência, distorce-se a percepção pública quanto ao apoio real a certas pautas e candidatos, intoxicando o ecossistema digital com a disseminação de discursos de ódio, o que impacta negativamente o debate democrático.

Um exemplo público e judicialmente reconhecido como desinformação ocorreu durante o segundo turno das eleições de 2022, com a campanha que associava o candidato Luiz Inácio Lula da Silva ao crime organizado, notadamente à facção PCC. A despeito de ordem do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para remoção do conteúdo, o áudio falso que supostamente comprovava o vínculo foi amplamente divulgado nas redes sociais pelo então presidente Jair Bolsonaro e aliados, alcançando centenas de milhares de interações. Esse fenômeno, mais frequentemente registrado entre grupos da extrema direita, reflete um investimento coordenado na propagação de desinformação, que incluiu a erosão da confiança no sistema eleitoral e ataques a instituições democráticas. Salienta-se que, embora as fazendas de cliques constituam um fenômeno global não restrito a um espectro político, no contexto brasileiro recente seu uso foi identificado com maior frequência em operações de desinformação ligadas ao bolsonarismo (Mello, 2020).

Assim sendo, Carnaíba revela o papel dos *bots* no cenário digital contemporâneo:

Bots conseguem distorcer o debate público por meio de sua influência em diversas frentes na estrutura da rede, simulando a existência de comunidades virtuais forjadas; por meio de conteúdo e mensagens, reverberando discursos de ódio e notícias falsas ou informações de baixa qualidade; sentimentalmente, mobilizando afetos dos usuários e gerando ambientes de atrito e polarização; e por meio de redes de influência, impulsionando personalidades ligadas, por exemplo, à extrema-direita e grupos de ódio e, ao mesmo tempo, diminuindo e atenuando mídias tradicionais e experts na rede (Carnaíba, 2023 p. 48).

Diante disso, políticos de extrema direita ampliaram significativamente seu alcance nas redes sociais. Não raro, esse engajamento refletiu-se nas ações

---

<sup>5</sup> Conteúdos virais são fenômenos informacionais de disseminação rápida e massiva em plataformas digitais, cuja eficácia deriva da capacidade de provocar emoções intensas, facilitar replicação e ressoar com valores socioculturais, frequentemente sobrepondo a viralidade à veracidade factual nos ecossistemas comunicacionais contemporâneos.

cotidianas de milhões de brasileiros, os quais se aglutinaram em torno de uma “retórica do ódio” (Rocha, 2021), que ganhou proporções gigantescas e intensificou a disseminação de ideologias que dividiram o país. “Não somos os únicos. Nas Filipinas, na Índia ou nos Estados Unidos, políticos recorrem a exércitos de *trolls* e *bots* para construir narrativas que os favoreçam. É este o novo mundo em que vivemos: fatos são moldáveis” (Mello, 2020, p.19). Não é novidade que controlar a narrativa permite que um grupo molde a percepção pública, influencie opiniões e, muitas vezes, determine a forma como eventos e ideias são interpretados. A novidade encontra-se, segundo a autora, no alcance oportunizado pela manipulação dos algoritmos e na utilização das redes sociais como uma “máquina do ódio”.

Nesse sentido, há um impasse entre o desenvolvimento de algoritmos que não sejam enganados por *softwares* automatizados (*bots*), enquanto as fazendas de cliques tornam-se cada vez mais eficientes. De um lado, as redes sociais são projetadas para capturar a atenção de seus usuários e lucrar com isso; de outro, cada vez mais os representantes dessas plataformas demonstram pouco interesse em estabelecer critérios claros de moderação das notícias falsas que circulam em suas redes. Afinal, desinformação, discurso de ódio e polarização política geram engajamento, e este último gera receita para as *big techs*<sup>6</sup>.

Justifica-se, assim a escolha do *corpus* uma vez que “em sua cruzada ideológica, Nikolas Ferreira se tornou o garoto de ouro do bolsonarismo”, sendo atualmente o político brasileiro com maior engajamento<sup>7</sup> nas redes sociais e o segundo em número de seguidores no Instagram (Batista Jr., 2024). Diante dessa relevância, a dissertação pretende revelar, por meio da articulação entre a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) e a Análise Enunciativo-Discursiva, quais elementos compõem as estratégias discursivas de Nikolas Ferreira e a imagem de si (*ethos*) que ele projeta no Instagram.

A pesquisa teve como ponto de partida os pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional e da ADC faircloughiana, em diálogo com as discussões do grupo ACLISF. Com a incorporação da noção de *ethos*, a partir do referencial de

---

<sup>6</sup> “*Big Techs*” são grandes empresas de tecnologia que dominam o mercado global por meio de serviços digitais (entre outros setores) como: IA, algoritmos personalizados, redes sociais, integração de ecossistemas, nuvem de armazenamento, *streaming*, *e-commerce* etc. As principais *big techs* relacionadas à comunicação e influência digital são: Meta, Alphabet, Tencent, ByteDance, Microsoft, Apple, Amazon, Samsung e Alibaba. Fonte: Disfold (2025)

<sup>7</sup> Nas redes sociais, o engajamento é quantificado pelos números de visualizações (cliques), curtidas e comentários recebidos.

Maingueneau, foi necessário readequar o percurso analítico. Para assegurar a viabilidade da investigação no prazo do mestrado, optou-se por manter a análise do ethos circunscrita ao texto escrito, garantindo, assim, continuidade parcial com a abordagem inicial.

A análise do *corpus* seguirá, inicialmente, o modelo tridimensional de Norman Fairclough. Nesse modelo, as três dimensões analíticas (práticas textuais, práticas discursivas e práticas sociais) atuam de maneira inter-relacionadas. Em seguida, aprofundaremos a análise a partir do pressuposto faircloughiano, apresentado por Magalhães (2005), segundo o qual a ADC propõe teoria e método consistentes para elucidar a linguagem em um contexto sócio-histórico, com o intuito de investigar transformações sociais e oferecer compreensão para dilemas contemporâneos. Finalmente, recorreremos aos conceitos de discurso e mudanças sociais defendidos por Fairclough (2016) para articular as estratégias discursivas de Nikolas Ferreira e seu impacto na sociedade contemporânea. Ademais, apoiando-se na Análise Enunciativo-Discursiva, a partir do conceito de *ethos* proposto por Dominique Maingueneau (2021), o estudo busca depreender a “imagem de si” construída pelo deputado em suas publicações no Instagram para construir um *ethos* discursivo coerente com a enunciação em seu conjunto.

Para a investigação, serão analisadas as transcrições de três vídeos publicados pelo parlamentar no Instagram. O critério para a escolha do *corpus* baseou-se no engajamento alcançado pelos vídeos no período de janeiro de 2024 a janeiro de 2025. O engajamento foi mensurado pela fórmula:  $\text{curtidas} + \text{comentários} \div \text{número de seguidores} \times 100$ . Esse cálculo é o mais comum entre os analistas de *marketing* digital para mensurar o engajamento de perfis (empresa, figura pública etc.). São, portanto, três os vídeos a serem analisados: “O que não te contaram...”, publicado em 22 de fevereiro de 2024, “Ninguém aguenta mais”, publicado em 26 de julho de 2024, e “O Pix está unindo o povo”, publicado em 14 de janeiro de 2025.

A pesquisa objetiva responder às seguintes perguntas: (a) que elementos discursivos compõem as estratégias discursivas de Nikolas Ferreira no Instagram? (b) que imagem de si (*ethos*) ele constrói nessa plataforma? (c) que mecanismos ideológicos, presentes nas transcrições de seus vídeos, podem ser identificadas por meio da articulação entre a ADC e a Análise Enunciativo-Discursiva?

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, será feita uma breve incursão sobre o movimento de desinformação, sua

disseminação nas redes sociais e caminhos possíveis para o seu enfrentamento. Discutem-se também conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, como guerra cultural e retórica do ódio.

No segundo capítulo, serão apresentados os fundamentos da Análise de Discurso Crítica (ADC), segundo Fairclough, e a Análise Enunciativo-Discursiva, tal como preconizada por Maingueneau, com foco na noção de *ethos* discursivo.

Em seguida, tratar-se-á da metodologia de pesquisa, justificativa de escolha e delimitação do *corpus*, além dos procedimentos de análise aos quais se recorreu para responder às questões propostas.

No quarto capítulo, serão discutidos os resultados e a análise do *corpus*, com o intuito de elucidar se e como a hipótese da pesquisa se concretiza. Em seguida, encerra-se o presente trabalho com as considerações finais, reconhecendo que, em tempos de pós-verdade<sup>8</sup>, toda análise séria leva em consideração suas limitações e defende a construção de perspectivas tanto possíveis quanto factuais do objeto de estudo.

---

<sup>8</sup> “Pós-verdade” é um conceito que se refere a situações em que crenças pessoais ou narrativas subjetivas exercem mais influência na opinião pública do que fatos verificáveis e objetivos. O termo ganhou relevância global em 2016, após o Brexit e a eleição de Donald Trump. Está relacionado ao movimento de desinformação e à disseminação de *fake news* nas redes sociais.

# CAPÍTULO I: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

## 1. Breve contextualização sobre o conceito de desinformação

Hannah Arendt argumenta que a mentira é parte da política. Isso não é novo. O que é novo é o ecossistema midiático. O ritmo em que a desinformação reverbera, de maneira ampla e permitindo a produção de vínculos entre pessoas que pensam da mesma forma. Grupos que se reúnem e que se identificam, criando um senso de comunidade (Sacramento, 2025).

Para o TSE (2022), desinformação é um conceito guarda-chuva que abarca “qualquer conteúdo falso, equivocado, enganoso, impreciso, manipulado, fabricado, fraudulento, ilícito ou odioso, além das informações fora de contexto, independentemente do formato, do canal de veiculação ou da intenção do agente”. Assim sendo, a desinformação, em um sentido amplo, abrange todas as formas de disseminação de informações falsas que são compartilhadas na internet. Na língua inglesa, três conceitos descrevem esse fenômeno, considerando suas especificações de causa e efeito, a saber: “*disinformation*, para informações falsas criadas com a intenção de causar dano; *misinformation*, para informações erradas sem o objetivo de causar dano; e *malinformation*, para informações corretas, mas descontextualizadas, com o propósito de causar dano” (TRE-GO, 2023).

Em sua obra, *Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas*, Marie-Anne Paveau chama a atenção para o princípio de “determinismo discursivo”, conceito que explica como os algoritmos moldam o que é consumido nas redes, ao determinar qual conteúdo fica visível e qual fica oculto. A autora ainda destaca o fato de que o usuário perde a autonomia para decidir o que consumir e não conhece os critérios sobre as escolhas feitas, aumentando o risco de manipulação da informação disseminada: “o estudo mostra que a internet, no caso a *web*, constitui um contexto particularmente determinista, onde os instrumentos de determinação podem facilmente se transformar em armas de manipulação.” (Paveau, 2022, p. 52). Nesse sentido, Mello afirma:

Essa avalanche de desinformação muitas vezes é impulsionada com recursos de marketing que fazem sobressair determinados conteúdos. No Facebook e no Instagram, por exemplo, é possível pagar para que um conteúdo atinja mais pessoas, seja visto mais amiúde ou

alcance certos públicos (segmentados por idade, gênero, localização e outros parâmetros). No Twitter e no Facebook, quanto mais engajamento (cliques e curtidas) tem um conteúdo, maior destaque ele recebe. No entanto, muitas vezes usam-se sistemas automatizados, os robôs ou bots, ou então pessoas contratadas, os trolls, para forjar maior engajamento em certos conteúdos e dar visibilidade a certo tema, simulando uma popularidade que ele não tem (Mello, 2020, p. 23-24).

Segundo estudo realizado pela revista *Science*, “a probabilidade de compartilhamento de uma notícia falsa é 70% maior do que o de uma notícia verdadeira” (Costa, 2018). Ainda segundo a jornalista, a velocidade em que essa prática ocorre na era digital propiciou um solo fértil para a disseminação de desinformação nas redes. Para o também jornalista Eugênio Bucci (2023), a desinformação resulta da propagação de notícias falsas e de outros meios utilizados para enganar ou manipular indivíduos ou grupos com intenções desonestas. Trata-se de um ambiente de comunicação que se torna hostil à circulação de informações verdadeiras.

Observa-se, portanto, que a falsificação de fatos com intuito deliberado de manipular a opinião pública não é um problema exclusivo da contemporaneidade. Bucci (2018) destaca que “a mentira é tão antiga quanto a linguagem, tão antiga quanto a cultura e a humanidade, mas o modo de fabricação de mentiras a partir da falsificação da condição jornalística posta hoje é um dado novo”. Marc Bloch (2001) alertou para esse tipo de fraude ao discutir o conceito de “embuste”, enfatizando a recorrência de detalhes inventados tanto na historiografia quanto na imprensa para atender a interesses específicos, mesmo à custa da veracidade dos fatos.

[...] Está no jornal. Portanto, é verdade. As propagandas, por seus abusos, destroem-se a si próprias. Em nossos dias, as notícias da imprensa, assim como as das publicações oficiais, encontram nas massas uma incredulidade de princípio que, para a higiene mental do país, não se mostra muito menos carregada de perigos do que a cega credulidade de outrora: a supor, pelo menos, que esta tenha sido tão generalizada como se acredita (Bloch, 2001, p. 97).

A crença cega ou a total incredulidade nos meios de comunicação (oficiais ou não) pode ser perigosa para a democracia, sendo necessário um olhar crítico e reflexivo sobre as informações que consumimos. No entanto, o movimento de desinformação desacredita os veículos de comunicação estabelecidos na sociedade, como jornais e revistas, valendo-se da métrica de que as informações advindas de

fontes alternativas não seriam manipuladas como as informações difundidas pela mídia tradicional. Fato reforçado pelo bolsonarismo como veremos a seguir:

Contra todos os "inimigos da pátria", o então Presidente alicerçou sua governabilidade na transmissão de *lives* (vídeos ao vivo), simultaneamente no YouTube, Facebook e Instagram, como forma de "fonte de informação para o povo", uma vez que a mídia "parcial e mentirosa" não levaria a verdade ao povo. Como porta voz do povo e da verdade, Bolsonaro governou para a "maioria" pelo digital, promovendo mutações nas práticas discursivas que até então estavam cristalizadas na comunicação política. O digital contribuiu, definitivamente, para a sua governança, pulverizando o homem público e promovendo o efeito de intimidade entre político e cidadão (CARREON, 2023, p.135).

A extrema direita, ao propagar, sistematicamente, fantasmas do imaginário conservador, como o comunismo, a destruição da "família tradicional"<sup>9</sup> e da pátria minou a credibilidade nos meios de comunicação mais populares e tomou para si a atenção de parte da população, que se voltou para as chamadas "mídias alternativas", difundidas por meio das redes sociais. Nesse contexto, tornou-se ação comum, entre apoiadores do bolsonarismo, o consumo e compartilhamento de *fake news* alinhadas à extrema direita, disparadas pelo Telegram e Whatsapp, que não possuem mecanismos claros de moderação de conteúdo desinformativo.

Uma vez "impulsionada", a narrativa é então propagada naturalmente pelas redes orgânicas, que são as pessoas de carne e osso que acreditam naquilo que está sendo veiculado. Os americanos chamam isso de firehosing, derivado de fire hose, mangueira de incêndio — trata-se da disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala. As pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia — sites de notícias, grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram — e essa repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem. A familiaridade, por sua vez, leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdadeiros. Muitas vezes, esse será o primeiro contato que ele terá com determinada notícia — e essa primeira impressão é muito difícil de desfazer (Mello, 2020, p. 24-25).

---

<sup>9</sup> Na moralidade cristã, a família tradicional é definida como uma instituição sagrada, constituída pela união indissolúvel entre um homem e uma mulher, voltada à procriação e à educação cristã dos filhos. Em contraponto, uma visão contemporânea e diversa compreende a família a partir de seus laços afetivos e de cuidado, abrangendo arranjos como pais solo, casais homoafetivos e famílias recompostas, priorizando o ambiente de amor e apoio mútuo independentemente de sua estrutura.

Em consonância com o exposto, Audrey Azoulay (2023), diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), afirma que “as redes sociais aceleram e ampliam a propagação de informações falsas e de discursos de ódio, colocando em risco a coesão social, a paz e a estabilidade no mundo”. A desinformação configura-se como um fenômeno capaz de minar a confiança nas instituições democráticas, influenciando processos eleitorais e decisões políticas. Ademais, observa-se que a propagação de discursos de ódio — frequentemente amplificados por *fake news* — representa ataques diretos aos direitos humanos, promovendo a intolerância e a exclusão social. Outro aspecto crítico reside na opacidade algorítmica das plataformas digitais, cuja falta de transparência quanto ao funcionamento de seu sistema dificulta a compreensão e o combate efetivo desses mecanismos de manipulação. A diretora-geral defende a regulação das plataformas digitais por meio de ações coordenadas entre governos, sociedade civil e os responsáveis pelas plataformas, visando desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação. Azoulay também faz uma crítica à postura das *big techs* responsáveis pelas redes sociais por não assumirem a responsabilidade na moderação do conteúdo e na prevenção da disseminação de desinformação. Além disso, enfatiza a necessidade de promover uma alfabetização midiática e informacional que capacite as pessoas para discernirem entre informações verdadeiras e falsas.

A UNESCO propõe sete princípios fundamentais para a regulação das plataformas *on-line* que enfatizam a criação de reguladores públicos independentes, os quais devem ter funções bem definidas e recursos adequados para desempenhar suas funções. Destaca também a importância das plataformas assumirem um papel ativo na educação dos usuários, incentivando o pensamento crítico. Por fim, ressalta que tanto os reguladores quanto as plataformas devem adotar medidas mais rigorosas em momentos decisivos, como eleições e crises, para proteger a integridade da informação e a confiança pública.

Sobre a regulamentação da disseminação de conteúdo desinformativo ou *fake news*, Kettermann e Mozetic afirmam:

Na Alemanha, o foco é o discurso de ódio e conteúdos ilegais; na França, a proteção do processo eleitoral; e em Singapura, a regulamentação se estende praticamente a toda a esfera comunicacional. No Brasil, ainda não há uma

previsão legal específica para regular fake news. No entanto, garantias constitucionais, como a liberdade de expressão e o direito à informação, fornecem parâmetros para um controle judicial *ex post* sobre conteúdos desinformativos. Esse controle pode ocorrer na esfera penal, por meio dos crimes contra a honra previstos no Código Penal (calúnia, difamação e injúria), ou pelo Código Eleitoral, que classifica a disseminação de informações falsas como crime eleitoral (artigo 323) (Kettermann; Mozetic, 2025).

Os autores destacam também a urgência em definir a abordagem mais eficaz para combater a desinformação nas redes sociais. As opções principais dividem-se entre a regulamentação estatal tradicional e a delegação dessa responsabilidade aos atores do ecossistema digital, notadamente as grandes empresas de tecnologia. No entanto, ao levar em consideração as mudanças anunciadas por Mark Zuckerberg, proprietário da Meta, em relação às políticas de moderação de conteúdo — como o fim do programa de verificação de fatos, a eliminação de restrições para assuntos relacionados à imigração e gênero, e a promoção de “conteúdo cívico” no Facebook, Instagram e Whatsapp (Agência Brasil, 2025) —, torna-se contraditório esperar que o combate à desinformação esteja alinhado aos interesses dos representantes dessas *big techs*.

Em episódio recente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decretou o bloqueio da plataforma X (antigo Twitter) no Brasil, após Elon Musk (proprietário do X) descumprir uma decisão judicial que exigia a nomeação de um representante legal da plataforma no país e o combate a perfis falsos, disseminadores de discurso de ódio e desinformação. O caso ilustra o embate entre a soberania jurídica nacional e a postura de *big techs* que, sob o argumento de defender a liberdade de expressão, muitas vezes, negligenciam a moderação de conteúdos desinformativos em suas redes.

Nesse cenário, Carnaíba amplia o foco de observação apontando a necessidade de responsabilizar as *big techs* pela falta de transparência nos métodos de combate aos *softwares* automatizados (*bots* maliciosos) que enganam os algoritmos e pela ausência de clareza na utilização de dados dos usuários:

É necessário responsabilizar empresas de redes sociais e outras plataformas no debate das consequências sociais e políticas obscuras de bots nestes espaços, e desenvolver um conjunto de políticas para estas empresas que priorize o respeito tanto pela liberdade de expressão quanto pela privacidade dos usuários, incluindo sinalização clara de contas automatizadas, o consentimento dos usuários em

interagir com conteúdos dessas contas e usos mais transparentes das informações coletadas pelas plataformas sobre seus usuários (Carnaíba, 2023, p.46).

Para garantir a manutenção do sistema democrático, torna-se imprescindível estabelecer uma regulamentação que defina critérios claros para a moderação de informações falsas que circulam nas redes, combatendo sua disseminação. Não apenas em períodos eleitorais, como destacam Kettermann e Mozetic (2025), mas de forma contínua e abrangente, responsabilizando as empresas que controlam e lucram com as redes sociais.

Contudo, como sugeriu Carnaíba (2023), não se trata apenas da desinformação em si, mas dos mecanismos que amplificam sua disseminação, como *bots* maliciosos, cliqueiros e algoritmos que privilegiam o engajamento em detrimento da veracidade dos fatos. Para ser efetiva, a legislação precisa analisar todos os aspectos desse ecossistema, exigindo transparência das plataformas sobre suas estratégias de moderação e o uso ético de dados dos usuários. Conforme defende Bucci (2023), só assim será possível reduzir o compartilhamento em massa de conteúdos enganosos e construir um ambiente digital menos hostil à comunicação democrática, onde a ética e a responsabilidade tecnológica caminhem lado a lado com a liberdade de expressão.

## **2. Guerra cultural e retórica do ódio**

Diante da necessidade de delimitar a fundamentação teórica, optamos por desenvolver o conceito de “guerra cultural” a partir da perspectiva defendida por João Cezar de Castro Rocha (2021). Essa escolha justifica-se pelo enfoque do autor na conjuntura nacional, além de oferecer subsídios para a investigação do movimento de desinformação nas redes sociais no contexto do bolsonarismo.

Na obra *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, Rocha (2021) define “guerra cultural” como sendo fenômeno central no sucesso – e possível declínio – do bolsonarismo. Explica que seu funcionamento pressupõe a mobilização permanente das massas digitais contra o inimigo comum. Essa estratégia depende da manutenção da polarização política, do revisionismo histórico, do desaparecimento do Estado por meio do desmonte de órgãos da cultura, educação e meio ambiente, além de ataques constantes à ciência e aos meios de

comunicação estabelecidos na sociedade. Nesse contexto, as narrativas hegemônicas posicionam-se contrárias aos debates identificados com a esquerda, ainda que os temas não sejam, necessariamente, exclusivos a tal espectro.

Rocha (2021, p. 17) defende que as *fake news* que mais contribuíram para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro foram: “o inexistente ‘kit gay’ e a deturpação completa de uma área de estudos, *gender studies*, numa delirante ‘ideologia de gênero’”. É certo que, durante a campanha presidencial de 2018, as redes sociais converteram-se em ferramenta de distribuição de desinformação em benefício da extrema direita, como citado anteriormente. No entanto, a guerra cultural seguiu movimentando apoiadores de Jair Bolsonaro, tanto nas redes quanto fora delas, haja vista a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes – Congresso, Palácio do Planalto e STF – em Brasília, em 08 de janeiro de 2023, por apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro, que contestavam os resultados das eleições de 2022.

De acordo com Rocha (2021), a guerra cultural ganhou corpo apoiada em três pilares, a saber: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), herdada da ditadura militar (1964-1985); o Projeto Orvil, de cunho revisionista que aponta o comunismo como um perigo real para o Brasil e, por último, um sistema de crenças construído por Olavo de Carvalho que sustenta a retórica do ódio.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG), no contexto da Guerra Fria, como uma estratégia político-militar sob influência norte-americana. Essa doutrina baseia-se na centralização do poder, na repressão de opositores e na eliminação de ameaças internas como o comunismo, justificando o Golpe Militar de 1964 e a criação de órgãos como o SNI (Serviço Nacional de Informações), atual Abin – Agência Brasileira de Inteligência (Figueiredo, 2005). Rocha (2021) destaca que, décadas depois, a lógica da DSN foi adaptada à democracia, transformando-se em um instrumento de guerra cultural contra um inimigo simbólico – instituições, pautas e culturas contra-hegemônicas.

O Projeto Orvil, um documento secreto produzido pelo Exército no final da ditadura militar, reescreve a história do Brasil como uma sucessão de conspirações comunistas desde 1922. Para Rocha (2021), esse texto, que circulou na clandestinidade até 2012, tornou-se um pilar da extrema direita, visto que o Projeto sustenta que, após a derrota da Guerrilha do Araguaia, a esquerda iniciou uma quarta tentativa de tomada de poder via domínio cultural, infiltrando-se em

universidades, meios de comunicação e movimentos sociais. Nesse sentido, de acordo com Pedretti (2021):

A quarta tentativa não era baseada na força das armas, mas sim na tentativa de manipulação da opinião pública (...). Quando essa narrativa estivesse consolidada, a nação estaria definitivamente desprotegida, já que eram exatamente eles, os militares, o último bastião de defesa contra o comunismo. Só então os 'subversivos' lançariam mão das armas.

Rocha (2021) defende que essa narrativa, que equipara debates progressistas a uma ameaça revolucionária, foi resgatada pelo bolsonarismo para justificar ataques a instituições democráticas e cortes em áreas como educação, cultura e meio ambiente, vistas como aparelhadas pelo marxismo cultural<sup>10</sup>.

Paralelamente, o pensamento de Olavo de Carvalho sintetiza a retórica do ódio e a guerra cultural bolsonarista. Conforme analisa Rocha (2021), Carvalho construiu um sistema de crenças baseado em teorias conspiratórias, alegando que a influência do marxismo cultural corrompe instituições, imiscuindo-se em pautas identitárias, culturais, educacionais e ambientais. A estratégia retórica bolsonarista, segundo Rocha, transformou o debate político em um campo de batalha, negando fatos e desqualificando adversários, ao engajar uma base mobilizada por ódio e desinformação que perpetua a polarização nas redes e fora dela:

O que é possível compreender com a emergência de discursos que disputam a condição de verdade, mesmo quando apoiados em mentiras, é que a internet se tornou um lugar em que é possível encontrar quaisquer afirmações, por mais improváveis que sejam bem como informações que reiterem quaisquer possibilidades de verdade a partir daquilo que o sujeito toma como veracidade para si (Silveira; Rosa; Souza, 2022).

Silveira, Rosa e Souza defendem que na internet encontramos justificativa, mesmo que enganosa, para todo tipo de afirmação. Nas redes sociais, quando grupos rejeitam evidências científicas estabelecidas em favor de crenças pessoais, por motivações religiosas ou políticas, estamos diante do efeito de articulação, na

---

<sup>10</sup> Marxismo Cultural é um termo cunhado e difundido pela Alt-Right estadunidense a partir da década de 1990. Segundo essa teoria conspiratória, a esquerda estaria orquestrando um plano para assumir o controle da sociedade por meio da infiltração em instituições como escolas, universidades, mídia e artes. Dessa forma, exerceria o poder mesmo sem estar formalmente no governo. Os proponentes dessa ideia alegam que tal estratégia teria suas bases conceituais em pensadores da Escola de Frankfurt e no teórico marxista Antônio Gramsci.

atualidade, da utilização de discursos que legitimam a ideologia dominante e esta, por sua vez, dita o comportamento social de parte dos brasileiros que se reúne em torno de uma retórica do ódio fortalecida e amplamente visibilizada pelo bolsonarismo.

De acordo com Rocha (2021), no contexto do bolsonarismo, a guerra cultural estruturou-se em torno de discursos moralizantes que entrelaçam perspectivas religiosas (cristãs evangélicas) aos propósitos políticos da extrema direita, materializados no *slogan* “Deus, pátria e família”. Nesse contexto, o desprezo pela ciência e a negação da realidade factual são características desse fenômeno que mantém as pessoas em estado de alerta contra um inimigo em comum – a esquerda, a ciência, as universidades etc. Assim, ao realizar um paralelo entre a guerra cultural e os discursos da extrema direita, evidenciam-se narrativas políticas validadas por princípios cristãos evangélicos que estimulam a desconfiança contra a imprensa, as universidades e o judiciário. Ao mesmo tempo, justificam os constantes ataques às pautas progressistas como debates de gênero e sexualidade, combate ao racismo estrutural, saúde e educação.

Na perspectiva defendida por Rocha (2021), a religião cristã evangélica tem sido instrumentalizada para legitimar decisões políticas, enquanto a extrema direita incorpora discursos religiosos como elemento central de sua narrativa. Um exemplo simbólico dessa dinâmica ocorreu quando o deputado Nikolas Ferreira ergueu a Bíblia durante seu discurso de posse na Câmara dos Deputados — gesto que legitima suas estratégias discursivas, em um ato performático e, essencialmente, ideológico.

Essas ações não apenas contrariam a laicidade do Estado, como também naturalizam crenças particulares nos espaços de poder, dissolvendo a fronteira entre público e privado. A ausência dessa separação permite que práticas religiosas sejam legitimadas como normas coletivas, transformando a esfera pública na extensão do ambiente doméstico, visto que expressões de cunho religioso deveriam restringir-se ao âmbito privado. Ao misturar símbolos sagrados com gestão estatal, reforça-se a ideia de que valores privados – de grupos hegemônicos – devem orientar políticas universais, excluindo visões pluralistas. Assim, a imposição de uma moralidade religiosa como verdade pública não só fragiliza a democracia, como consolida narrativas dominantes que apagam a diversidade em nome de uma suposta unidade identitária de caráter hegemônico.

## CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo dedica-se a apresentar o aporte teórico que sustenta esta investigação. Em razão disso, delimita o arcabouço teórico adotado, não apenas com o intuito de evidenciar as bases em que a pesquisa se ancora, mas também para elucidar de que maneira tais constructos orientam a análise e a interpretação dos dados, garantindo, assim, coerência teórico-metodológica ao estudo.

Para tanto, este trabalho articula a Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough e a Análise Enunciativo-Discursiva na visada de Dominique Maingueneau, com ênfase no conceito de *ethos* discursivo. Essa opção teórico-metodológica justifica-se pela complementaridade entre as perspectivas: tanto Fairclough quanto Maingueneau partem de conceitos como discurso e poder, tais como elaborados por Foucault (2014) para examinar como as relações de força moldam – e são moldadas por – práticas linguísticas e sociais. Para Fairclough (2016), o discurso constitui um espaço de disputa ideológica, integrando três dimensões inter-relacionadas: o texto, as práticas discursivas e as práticas sociais. Maingueneau (2008), por sua vez, embora operando em um plano específico, compreende a noção de discurso articulada às diferentes disciplinas que compõem o campo das ciências humanas. Considerando as sete hipóteses propostas por Dominique Maingueneau em *Gênese dos Discursos*, observa-se que elas compartilham o propósito de articular instâncias entre as quais geralmente se estabelecem discontinuidades, ao mesmo tempo em que “pensa um sistema de articulações sem anular a identidade de cada instância” (p. 23). Nesse contexto, entende-se como justificável embasar a análise do *corpus* desta pesquisa em um referencial teórico que conjuga a Análise do Discurso Crítica (ADC) para identificar os elementos que compõem as estratégias discursivas de Nikolas Ferreira no Instagram e a Análise Enunciativo-Discursiva para depreender a imagem discursiva do deputado a partir da noção de *ethos*, conforme preconizada por Maingueneau (2020).

Ambos os autores, embora com enfoques distintos, compartilham bases foucaultianas, especialmente no que diz respeito à concepção de discurso como prática que produz efeitos de verdade e está imbricada em redes de poder. Dessa forma, a articulação entre ADC e a perspectiva enunciativo-discursiva permite analisar não apenas como os discursos refletem ou reproduzem relações sociais,

mas também como operam estrategicamente na construção de identidades e na legitimação de estruturas de poder.

## **1. Análise de Discurso Crítica: ADC faircloughiana**

Ao longo do século XX, diversas áreas do conhecimento dedicaram-se à tarefa de analisar discursos, entre elas, a Filosofia, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia. Nesta pesquisa, debruçar-nos-emos sobre a Análise de Discurso Crítica de vertente Dialético-Relacional desenvolvida pelo linguista inglês, Norman Fairclough. A opção por essa abordagem teórico-metodológica está diretamente relacionada ao percurso inicial da pesquisa que recebeu forte influência da Linguística Sistêmico-Funcional. A Análise de Discurso Crítica (ADC) integra Linguística, Teoria Social e Estudos Críticos com o objetivo de investigar como o discurso perpetua ou modifica estruturas de poder na sociedade. Contudo, antes de seguir com a apresentação da ADC como uma das teorias que fundamentam esta pesquisa, é imprescindível expor a concepção de discurso proposta por Fairclough.

Fairclough (1989, p. 17) defende que “o discurso tem efeito sobre as estruturas sociais, além de ser determinado por elas, contribuindo assim para a continuidade e a mudança social”. Tal afirmação remete ao aspecto Dialético-Relacional, característico da ADC, sobre o qual Fairclough afirma:

Não existe uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas sim uma relação interna e dialética. A linguagem faz parte da sociedade; fenômenos linguísticos são fenômenos sociais de um tipo especial, e fenômenos sociais são (em parte) fenômenos linguísticos. Fenômenos linguísticos são sociais no sentido de que, sempre que as pessoas falam, ouvem, escrevem ou leem, o fazem de maneiras socialmente determinadas e com efeitos sociais. Mesmo quando as pessoas estão mais conscientes de sua própria individualidade e se consideram mais isoladas das influências sociais — ‘no seio da família’, por exemplo —, elas ainda usam a linguagem de maneiras sujeitas às convenções sociais (Fairclough, 1989, p. 23).

Destarte, os fenômenos sociais e linguísticos mantêm uma relação dialética constitutiva, tanto para a reprodução quanto para a mudança das estruturas sociais. Sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), tal como desenvolvida por Norman Fairclough, reconhece-se que as práticas discursivas não apenas refletem a realidade social, mas constroem e reconstroem ativamente esta realidade. Essa

mútua constituição opera em todos os níveis da vida social, das macroestruturas do poder político e econômico (âmbito público) às microestruturas cotidianas e identitárias (âmbito privado). Alinhado à perspectiva foucaultiana acerca do discurso, Fairclough afirma:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2016, p. 95).

O discurso, portanto, naturaliza e legitima as relações de poder existentes na sociedade, contribuindo para a manutenção da ordem social vigente, ao mesmo tempo em que possibilita a crítica e a articulação de alternativas que impulsionam mudanças sociais. Essa dualidade, conforme postula a ADC – reprodução *versus* transformação –, é inerente à natureza dialógica e socialmente situada da linguagem, evidenciando sua função central na dinâmica da sociedade. Cumpre destacar que para Fairclough (1989, p. 16) “a marca do poder e da ideologia na linguagem não é autoevidente, e não é algo do qual você consegue, necessariamente, escapar”. Assim, a ADC exerce papel fundamental na investigação das relações entre linguagem e práticas socialmente constituídas para revelar estruturas de poder e ideologias que moldam e são moldadas pelos discursos.

Segundo Fairclough (2016), os discursos podem ser categorizados em três tipos principais, a saber: *discurso acional*, demonstrando como a linguagem pode intervir na realidade e modificá-la; *discurso representacional*, que diz respeito à construção de significados sobre a realidade a partir da interpretação de eventos – possui forte influência ideológica – e *discurso identificacional*, que possibilita a construção de identidades e de correspondência entre grupos que se posicionam da mesma maneira. Os tipos de discursos são fundamentais para a ADC, pois revelam como as construções discursivas estão atreladas aos mecanismos de poder que legitimam todo tipo de prática social.

Cronologicamente, a primeira menção ao que viria a se tornar a Análise de Discurso Crítica (ADC) surgiu no artigo *Critical and Descriptive Goals in Discourse*

*Analysis*, publicado por Norman Fairclough no *Journal of Pragmatics*<sup>11</sup> (1985). Esse trabalho pioneiro antecipou conceitos essenciais para o desenvolvimento da ADC como abordagem interdisciplinar, frequentemente entendida como desdobramento da Linguística Crítica. Seu desenvolvimento posterior consolidou-se mediante à integração de três tradições analíticas fundamentais, a saber: a Teoria Social do Discurso, a Linguística Sistêmico-Funcional e a Teoria Crítica. Para tanto, Fairclough (2016) propôs o modelo tridimensional, que articula práticas textuais, discursivas e sociais, estreitando as relações entre linguagem e mundo social. Segundo Fairclough (2001), o modelo tridimensional da ADC compreende o discurso como um fenômeno articulado em três dimensões interligadas: o texto (materialidade linguística), as práticas discursivas (processos de produção, circulação e interpretação) e as práticas sociais (contextos históricos, culturais e institucionais que o embasam). Como destaca o autor, “a prática social (política, ideológica etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto” (Fairclough, 2016, p. 103). Essa estrutura teórico-metodológica – que interliga indissociavelmente texto, discurso e prática social – não apenas sintetiza vertentes analíticas indispensáveis, mas também permite investigar como relações de poder, mediadas pela ideologia, influenciam mudanças sociais. Na construção da ADC como enfoque dialético, incorporaram-se contribuições de intelectuais como Foucault, Halliday, Althusser, Gramsci e Thompson articulando-os justamente nesse entrelaçamento entre o textual, o discursivo e o social. É por esse motivo que, como destacam Resende e Ramalho, a ADC investiga como o discurso vincula-se dialeticamente à reprodução e à naturalização de práticas socialmente constituídas:

Trata-se de uma proposta que, com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social, capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere (Resende; Ramalho, 2021, p. 11-12).

Como apontado anteriormente, a Análise de Discurso Crítica (ADC) faircloughiana configura-se como uma abordagem interdisciplinar, que integra

---

<sup>11</sup> *Journal of Pragmatics* (volume 9, número 6, pp. 739-769).

conceitos de diversos campos das ciências sociais, rompendo fronteiras epistemológicas, tal como explicitado no trecho a seguir:

A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar. Tal afirmação decorre da concepção de discurso que eu venho defendendo, a qual envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção, na distribuição e no consumo dos textos, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a linguística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política (Fairclough, 2016 p. 288).

Partindo do entendimento de que a ADC constitui uma perspectiva interdisciplinar, cujos fundamentos teóricos articulam conceitos oriundos de diversos campos disciplinares, optamos neste estudo por adotar o conceito de ideologia tal como desenvolvido pelo filósofo Louis Althusser (2023), a partir de dois mecanismos interligados: os Aparelhos Repressivos de Estado (ARE), como governo, exército, polícia, tribunais e prisões – instituições que garantem a manutenção da ordem social vigente por meio da violência –, e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que atuam impondo valores, crenças e comportamentos por meio de aparatos como igrejas, escolas, famílias, partidos políticos, sindicatos, mídia e meios culturais: “Enquanto os ARE pertencem integralmente ao domínio público, a maior parte dos AIE — embora aparentemente dispersos — está vinculada ao domínio privado”. Althusser (2023) ressalta que ambos os mecanismos são complementares: os aparelhos repressivos fundamentam-se na ideologia dominante para legitimar sua ação, enquanto os aparelhos ideológicos recorrem à violência (não necessariamente física) para assegurar sua eficácia.

Alinhado à teoria marxista, Althusser (2023) defende que tanto os ARE quanto os AIE estão a serviço das classes hegemônicas para garantir a manutenção do *status quo*, entretanto, confina as massas a espaços socialmente reservados a elas.

Para o autor, os AIE têm como função perpetuar a ideologia dominante – o modo de produção capitalista – no tecido social. Ao fazer isso, seu mecanismo opera transformando indivíduos em sujeitos que não apenas se adaptam às regras

vigentes, mas também as assimilam como naturais – Althusser (2023) nomeia esse evento como interpelação dos sujeitos pela ideologia. Nessa perspectiva, a ideologia não se resume a um conjunto de ideias, mas em uma prática materializada na forma de perceber o mundo e a si mesmo, como parte de um sistema com um papel a desempenhar. Essa dinâmica, segundo o autor, é continuamente reiterada por meio das instituições sociais, que consolidam a ordem estabelecida como um dado inquestionável da realidade.

Fairclough (2016) atribui um caráter dialético ao conceito de ideologia, entendendo que grupos dominantes alcançam e mantêm sua dominância por meio dela e ratifica pressupostos defendidos por Althusser (2023) no que diz respeito à ideologia interpelar os sujeitos e a materialidade da ideologia na estrutura social. No entanto, o autor aponta ressalvas a partir de sua pesquisa sobre mudança social:

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de senso comum, mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à 'transformação' aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação (Fairclough, 2016 p. 122).

Irineu *et al.* (2020) acrescentam que a ideologia é reforçada e legitimada pelo discurso de grupos hegemônicos que naturalizam relações de opressão na e pela linguagem. Ressaltam “a compreensão de como interesses e crenças particulares de grupos específicos podem gerar efeitos sociais sobre a vida social das pessoas” (Irineu *et al.*, 2020, p. 76).

Na contemporaneidade, observa-se que a influência dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) demonstra capacidade de transpor as fronteiras de organizações sociais tradicionais, como escolas, igrejas e famílias, para reverberar significativamente nas redes sociais. Essas plataformas digitais, por sua vez, amplificam o alcance dos AIE e possibilitam a construção de narrativas diversas – todas, inevitavelmente, ideológicas – o que potencializa tanto o encontro quanto o engajamento de grupos em torno de princípios, valores e pautas comuns.

Por outro lado, ao considerarmos o conceito de discurso nativo digital proposto por Marie-Anne Paveau (2022), torna-se observável como as redes sociais

atuam como ambientes que, embora possibilitem novas formas de interação, podem simultaneamente produzir narrativas que favorecem a ordem social vigente. Essa aparente contradição explica-se pelo fato de os tecnodiscursos serem moldados pela arquitetura da plataforma, não constituindo, portanto, ações puramente humanas.

Conforme Paveau argumenta, um tecnodiscurso ou discurso nativo digital não corresponde simplesmente a um discurso tradicional transplantado para a internet, mas trata-se de uma produção originária do ambiente digital online, caracterizada por uma imbricação profunda entre o humano e a máquina. Nessa perspectiva, o ambiente digital configura-se como componente estrutural do discurso, e não como mero suporte neutro.

Dessa forma, pode-se hipotetizar que as redes sociais atuam como um Aparelho Ideológico de Estado moderno, sendo os tecnodiscursos a forma material pela qual a ideologia se manifesta e circula nesse ambiente.

## **2. Análise Enunciativo-Discursiva: a construção do *ethos***

A Análise do Discurso (AD) francesa, inaugurada por Michel Pêcheux na interface entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, desloca o foco do sistema abstrato da língua para as condições de produção dos enunciados. Dentro desse campo, a vertente conhecida como Análise Enunciativo-Discursiva, profundamente influenciada pelos trabalhos de Dominique Maingueneau, consolida um olhar específico sobre o discurso. Essa abordagem não separa “o que se diz” de “como se diz” e de “quem diz”, entendendo que a enunciação é o lugar onde a língua, o sujeito e a história se entrelaçam de forma indelével.

A enunciação é, portanto, encarada como um jogo complexo de posicionamentos, em que marcas aparentemente sutis na superfície do texto revelam estratégias profundas de interpelação e reconhecimento do Outro. É nesse jogo de construções e posicionamentos que a noção de *ethos* discursivo adquire relevância. Por isso, este capítulo dedica-se a explorar os fundamentos da Análise Enunciativo-Discursiva e a demonstrar como o *ethos* é um operador fundamental para a análise dos processos de persuasão, credibilidade e identidade no interior das práticas discursivas.

Nesse contexto, o estudo do *ethos* emerge como categoria central para a compreensão dos mecanismos de construção do sujeito na enunciação. Reformulado por Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, esse conceito, emprestado da retórica clássica, representa “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer influência sobre seu alocutário” (2012, p. 220). Trata-se, portanto, da forma como o comunicador constrói credibilidade e busca o apoio de sua audiência. Maingueneau (2008) reinsere o conceito no quadro mais amplo da enunciação, articulando-o sistematicamente com noções como memória discursiva e cenografia.

Segundo o autor, o *ethos* não se reduz a uma mera imagem projetada voluntariamente pelo falante, mas constitui-se como uma instância inerente ao próprio funcionamento do discurso, e indica a postura e atitude do enunciador em relação ao seu coenunciador, extrapolando, portanto, aspectos puramente linguísticos. Configura-se, simultaneamente, como condição e efeito do ato de enunciação: condição, porque todo discurso supõe um sujeito credível para ser aceito; e efeito, porque se constrói através de marcas linguísticas, estruturas textuais e de subjetividade que o coenunciador interpreta e atualiza dinamicamente.

Ainda, de acordo com Maingueneau (2013), a escrita carrega uma dimensão de vocalidade. Isso significa que o discurso, mesmo escrito, manifesta-se por meio de estratégias lexicais, sintáticas e elementos paratextuais, os quais permitem inferir um corpo discursivo que possibilita ao coenunciador atribuir ao enunciador traços de caráter, intenções e uma presença corporal simbólica.

Nesse sentido, o *ethos* atribui um caráter e uma corporalidade ao enunciador – uma imagem de corpo construída discursivamente que inclui postura, hábitos e inserção social. Essa construção evidencia o caráter performático do *ethos*, que não apenas persuade, mas legitima o próprio discurso por meio da construção de um fiador credível. Como sintetiza Maingueneau (2013, p. 107), citando Barthes, o *ethos* envolve “traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão”. A eficácia do *ethos* deve-se ao fato, portanto, de que ele se revela na enunciação, sem estar necessariamente explícito no enunciado.

A construção do *ethos* não ocorre do zero, Maingueneau (2020) destaca sua relação fundamental com o *ethos* pré-discursivo (também denominado “prévio”). Este refere-se ao conjunto de imagens, representações e expectativas sociais

preexistentes que o enunciador carrega consigo antes mesmo de iniciar seu ato discursivo. Distingue-se do *ethos* discursivo por não ser construído no momento da enunciação, mas sim derivar de trajetórias, identidades sociais e percepções históricas associadas ao locutor em seu contexto sociocultural. Por exemplo, um cientista reconhecido publicamente ou uma figura política já consolidada possuem um *ethos* prévio que antecipa credibilidade (ou desconfiança) no espaço social, influenciando como sua fala será recebida. Esse repertório prévio é mobilizado e negociado no discurso, mas sua origem está ancorada em experiências coletivas e estereótipos culturais externos ao texto.

O *ethos* pré-discursivo não opera de forma isolada: ele dialoga constantemente com o *ethos* discursivo durante a enunciação. Conforme destacado por Maingueneau em diálogo com Amossy (2010, p. 235), o locutor não parte do zero; ele ressignifica seu *ethos* prévio ao projetar novas facetas de si no discurso, reafirmando ou contestando expectativas sociais. Se, por um lado, o *ethos* discursivo pode ser entendido como a imagem construída no momento da enunciação, por outro, essa construção só é eficaz porque o interlocutor a interpreta com base nas representações já cristalizadas pelo *ethos* prévio. Assim, a autoridade discursiva emerge dessa tensão entre o que é socialmente pré-concebido e o que é performativamente reelaborado, em um processo de negociação identitária que reflete tanto o indivíduo quanto os grupos que ele representa, o que remete ao conceito de memória discursiva.

Para Maingueneau (2008), a memória discursiva, princípio constitutivo e ativo do próprio discurso, refere-se ao modo como todo enunciado atual mobiliza, ressignifica e inscreve-se em um conjunto de discursos anteriores que lhe são constitutivos, formando uma teia de sentidos que o tornam inteligível. Essa memória não se manifesta por citações explícitas, mas opera de forma implícita, através de pressupostos, alusões, fórmulas consagradas e modos de dizer que carregam consigo toda uma história de sentidos estabilizados e disputas ideológicas. Dessa forma, ao produzir seu discurso, como foi dito, um enunciador não parte do zero; ele se posiciona necessariamente dentro de uma cena enunciativa já povoada por outras vozes, outros textos e outros sentidos, sendo a memória discursiva o mecanismo que permite ao discurso ser, simultaneamente, herdeiro de um passado e uma performatividade no presente, atualizando e reconfigurando constantemente as práticas discursivas.

Para refinar a análise, o autor (2020) propõe a distinção entre *ethos* dito e *ethos* mostrado considerando-os dimensões fundamentais para a construção da imagem do enunciador. O *ethos* dito refere-se à autorrepresentação explícita que o locutor projeta por meio de declarações diretas sobre si mesmo, como autodescrições, afirmações de valores ou posicionamentos ideológicos. Por exemplo, em um debate político, quando um candidato declara “sou defensor da família tradicional”, ele está mobilizando um *ethos* dito para associar-se intencionalmente a um conjunto de princípios. Contudo, Maingueneau adverte que essa estratégia não é autossuficiente: a eficácia depende da coerência com traços prévios (*ethos* pré-discursivo) e, sobretudo, com o *ethos* mostrado, que valida ou contradiz essas afirmações.

O *ethos* mostrado emerge de forma implícita e performática, encarnado nos recursos não verbais e estruturas sintáticas que permeiam o discurso. Essa dimensão, conforme enfatizado pelo autor, opera por mostraçã: não se anuncia, mas se revela na materialidade linguística e corporal da enunciação. Na análise de um debate eleitoral, por exemplo, um candidato pode afirmar ser conciliador (*ethos* dito), mas seu tom agressivo, gestos bruscos ou ironias recorrentes constroem um *ethos* mostrado de combatividade, que o auditório interpreta como mais verossímil. O *ethos* mostrado, portanto, não é acessório, mas a instância decisiva onde a imagem ganha corporeidade e persuasão. Nesse sentido, a eficácia persuasiva depende da coerência entre ambas as dimensões (*ethos* dito e *ethos* mostrado). Essas duas noções articulam-se com o conceito maingueneauiano de cenografia: o palco discursivo onde se negociam identidades, exigindo que o locutor equilibre o que diz ser com o que mostra ser, sob risco de ruptura de credibilidade.

Essa negociação identitária ocorre em um palco discursivo específico: a cena de enunciação. Ela é o dispositivo que define os papéis do enunciador e do destinatário e estabelece as condições de legitimidade do ato discursivo. Por meio de uma metáfora teatral, entende-se que a cena de enunciação é instituída pelo próprio discurso, organizando o espaço simbólico onde o *ethos* se constrói e é recebido. Trata-se, segundo Maingueneau (2013), de um dispositivo que articula três dimensões interligadas: a cena englobante (contexto mais amplo em que o discurso está inserido), a cena genérica (o quadro comunicativo definido pelo gênero do discurso) e a própria cenografia. Essa tríade opera como um sistema dinâmico que não apenas define os papéis do enunciador e do coenunciador, mas também funda

as bases de validação pelas quais o discurso será reconhecido como legítimo. Nesse contexto, a função da cenografia, portanto, é duplamente constitutiva: ela organiza o espaço simbólico em que o discurso se desenrola e atua como mecanismo de autenticação da voz enunciativa. A cenografia, portanto, não é um mero pano de fundo, mas uma estrutura que gerencia o contexto de recepção ao integrar elementos verbais, não verbais e sociodiscursivos.

Para delimitar a abrangência do *ethos*, Maingueneau (2020) propôs organizar seu estudo em três dimensões:

1. Dimensão Categorical: abarca os papéis discursivos (animador, narrador) e os estatutos extradiscursivos (médico, pai de família, estudante);
2. Dimensão Experiencial: refere-se a traços sociopsicológicos estereotipados atribuídos ao enunciador, como bom senso, agressividade, originalidade ou mansidão, que moldam a percepção do sujeito no discurso;
3. Dimensão Ideológica: diz respeito a posicionamentos explícitos ou implícitos, sejam políticos (feminista, progressista, conservador) ou literários (romântico, realista, modernista).

Essas dimensões, por sua vez, ganham maior ou menor destaque de acordo com os textos analisados, permitindo uma abordagem que se ajusta às especificidades de cada contexto discursivo. Ou seja, não são estanques: articulam-se de forma dinâmica, influenciando-se mutuamente na construção da imagem do enunciador e na recepção do discurso.

Por fim, o *ethos* é uma prática discursiva encarnada e dinâmica. Longe de ser um retrato abstrato ou estático, ele é construído na tensão entre o prévio e o discursivo, entre o dito e o mostrado, negociando-se continuamente no palco da cenografia para forjar uma identidade credível e persuasiva perante a audiência.

### CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem metodológica que articula os princípios da Análise de Discurso Crítica (ADC) de orientação faircloughiana e da Análise Enunciativo-Discursiva, com ênfase na noção de *ethos* proposta por Dominique Maingueneau (2020). Tem por objetivo investigar as estratégias discursivas as quais recorre o deputado Nikolas Ferreira e depreender o *ethos* discursivo por ele construído em suas publicações no Instagram – compreendidas aqui como materialidades discursivas. Para tanto, os procedimentos de análise compreendem tanto as estruturas linguísticas quanto os efeitos de imagem projetados no discurso.

O *corpus* da pesquisa é composto pelas transcrições de três vídeos publicados em seu perfil, selecionados por apresentarem os maiores índices de engajamento no período de 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2025. Esse intervalo é marcado pelo crescimento exponencial de sua base de seguidores e pela intensificação do alcance de suas publicações nas redes sociais. Para a mensuração do engajamento, foi utilizada a fórmula a seguir:

Engajamento por postagem (%) =

$$\frac{\text{Curtidas} + \text{Comentários}}{\text{Total de Seguidores}} \times 100$$

No que se refere ao corpus de análise é necessário justificar a opção pelo exame das transcrições dos vídeos, em detrimento de uma abordagem multimodal – que a Análise Enunciativo-Discursiva, nos moldes propostos por Dominique Maingueneau (2013), de fato permitiria. Embora se reconheça que a escrita carrega em si uma dimensão de vocalidade – permitindo ao coenunciador atribuir ao enunciador traços de caráter, intenções e uma presença corporal simbólica – é inegável que a análise dos vídeos em sua totalidade traria proveitos adicionais. A cenografia e a construção do *ethos* se dariam não apenas pelo verbalizado, mas também por elementos como cores, expressões faciais, cenário, entonação, entre outros recursos.

Contudo, a decisão metodológica aqui adotada esteve condicionada à trajetória de elaboração desta pesquisa, que, em sua primeira fase, filiava-se à Linguística Sistêmico-Funcional e às discussões promovidas no grupo de pesquisa

Análise Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional (ACLISF). A transição para o referencial de Maingueneau, ainda que profícua, implicou repactuações analíticas dentro dos limites exequíveis para um prazo de mestrado. Optou-se, assim, por manter a análise do *ethos* com base exclusiva no texto escrito, em continuidade parcial com o ferramental anteriormente mobilizado, ainda que sob a ampliação do referencial teórico.

Essa escolha, longe de invalidar as potencialidades de uma investigação multimodal, representa um recorte consciente e estrategicamente delineado em função de restrições temporais e de escopo. Assume-se, portanto, a análise textual como via possível e legítima, ainda que não exaustiva, para a apreensão de certos aspectos do *ethos* discursivo. Tal delimitação, porém, não inviabiliza – antes, sugere – que desdobramentos futuros possam explorar, de maneira mais abrangente, todas as camadas significativas que os vídeos oferecem, à luz da capacidade analítica da perspectiva enunciativo-discursivo tal como formulada por Maingueneau.

A primeira transcrição, correspondente ao vídeo intitulado “O que não te contaram...”, publicado em 22 de fevereiro de 2024, alcançou 2.379.731 curtidas e mais de 96.800 comentários. O segundo, “Ninguém aguenta mais”, publicado em 26 de julho de 2024, registrou 2.161.456 curtidas e aproximadamente 60.000 comentários.

Contextualmente torna-se relevante destacar que em outubro de 2024, quando Batista Jr publicou a matéria “A peça de reposição” na revista Piauí, Nikolas Ferreira possuía aproximadamente 11.000.000 de seguidores em sua conta no Instagram. O último vídeo analisado, “O Pix está unindo o povo”, publicado em 14 de janeiro de 2025, atingiu a marca recorde de 8.885.998 curtidas e 879.000 comentários – números contabilizados até 16 de fevereiro de 2025. Estima-se que, na data da publicação desse vídeo, o perfil teria conquistado expressivos 800.000 novos seguidores, o que pode ser considerado um crescimento excepcional para o período.

Não se pode descartar, contudo, a possibilidade de que parte desse incremento substancial no engajamento e no número de seguidores possa ter sido inflado artificialmente mediante manipulação algorítmica, tal como discutido ao longo desta dissertação. Esse fenômeno estaria alinhado com as estratégias de amplificação digital analisadas, as quais podem incluir desde a priorização de conteúdos por algoritmos de recomendação até o uso de mecanismos menos

orgânicos de crescimento, como as fazendas de cliques que distorcem a percepção do apoio popular real.

Em maio de 2025, os dados indicam que Nikolas Ferreira acumulava cerca de 18.000.000 de seguidores. O último levantamento realizado em 27 de outubro de 2025, demonstra que Ferreira possui 18.700.00 seguidores em sua conta oficial no Instagram.

## 1. Procedimentos de análise

A decisão de concentrar a análise nas transcrições textuais dos vídeos, em detrimento de uma abordagem multimodal, justifica-se parcialmente, com base na ADC de Norman Fairclough (2016), visto que essa abordagem metodológica enfatiza que a análise linguisticamente orientada é a base para a compreensão das práticas discursivas e sociais. A dimensão textual – que inclui vocabulário, estruturas gramaticais e discursivas – é o *locus* onde as ideologias e as relações de poder se materializam de forma sistematizada e analiticamente tratável. Ao delimitar o *corpus* à análise das transcrições, o estudo pode mapear os traços linguísticos internos ao *corpus* como o uso de paralelismo, antíteses e metáforas. Esse recorte não nega a existência de outros modelos de análise, mas permite uma investigação com limites definidos.

As transcrições serão analisadas à luz do modelo tridimensional de Fairclough (2016), que possibilita, de modo inter-relacional, a análise das práticas textuais, discursivas e sociais presentes nas publicações de Nikolas Ferreira. Para a construção do *ethos* discursivo, partimos do modelo enunciativo-discursivo proposto por Maingueneau (2020). Essa abordagem metodológica permite compreender como o discurso do deputado articula estratégia retórica e performatividade, reforçando sua identidade política em ambientes digitais.

As transcrições dos vídeos serão examinadas conforme as seguintes etapas:

- (a) Cada transcrição será apresentada na íntegra com seus parágrafos numerados em anexo na presente dissertação;
- (b) Cada parágrafo a ser analisado será reescrito no *Capítulo IV: Discussão e Análise do Corpus*, com tamanho de fonte 12, em itálico e entre aspas;
- (c) A análise lexicogramatical e discursiva dos parágrafos analisados tem como base o modelo tridimensional de Fairclough (2016).

(d) Cada transcrição analisada terá sua cenografia construída com apoio da Análise Enunciativo-Discursiva de Maingueneau (2020).

(e) O *ethos* apreendido em cada análise servirá de base para a construção do *ethos* discursivo na “discussão dos resultados”, presente neste trabalho.

De acordo com Resende e Ramalho (2021, p. 09), na ADC faircloughiana: “o objetivo da análise é justamente mapear as conexões entre relações de poder e recursos linguísticos utilizados em textos”. Portanto, podemos afirmar que a análise lexicogramatical, ou seja, a análise linguisticamente orientada é fundamental para compreender as práticas discursivas e sociais, assim como os mecanismos ideológicos presentes nas estruturas sociais. Para Fairclough (2016), a análise linguística é o que propicia uma análise dos dados mais abrangente, diferente de análises realizadas pelas ciências sociais que não consideram as práticas textuais. Além disso, a apreensão do *ethos* discursivo construído por Nikolas Ferreira, a partir do proposto por Maingueneau (2020), é determinante não apenas para apreender a imagem de si que o deputado apresenta em seus enunciados, mas, principalmente, por complexificar a abordagem, ampliando o arcabouço teórico que sustenta a análise.

## CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Para Fairclough (1989), a linguagem opera como fenômeno social: seus usos concretos — na fala, escuta, escrita ou leitura — são socialmente contextuais e com efeitos sociais. Nesse sentido, a ideologia determina as estratégias discursivas dos indivíduos, assim como o lugar social a partir do qual se fala estabelece relações de domínio sobre outros grupos.

O deputado federal Nikolas Ferreira é descrito pelo jornalista Batista Júnior como um fenômeno de votos e de visibilidade digital observando que “entre todos os deputados e senadores, é o político com maior presença e maior engajamento nas redes sociais”. Afirma ainda que “em parte, o sucesso digital de Nikolas Ferreira está em sua habilidade para criar o que os estudiosos classificam como ‘fato relevante’. Ou seja: postar sobre um assunto em alta no noticiário com o objetivo de pegar carona na discussão” (Piauí, 2024, p.19). Em outras palavras, as publicações do deputado no Instagram seguem um padrão na escolha de conteúdos para seus vídeos, de forma que o parlamentar aproveita-se de polêmicas virais ou temas controversos para engajar seus seguidores em torno de uma retórica alinhada aos interesses da extrema direita. Um exemplo emblemático desse *modus operandi* foi a divulgação, em janeiro de 2025, de um vídeo sobre as novas regras de compartilhamento de informações relativas a transações via Pix e cartão de crédito – cuja transcrição será analisada em detalhes, mais adiante, neste trabalho. Novamente, é importante ressaltar que a opacidade algorítmica impossibilita o acesso a todas as métricas necessárias para dimensionar com precisão o alcance de Nikolas Ferreira nas redes. Essa limitação levanta a questão sobre em que medida seu elevado engajamento decorre de interações orgânicas ou se é, por outro lado, potencialmente inflado por meio de artifícios, como o uso de fazendas de cliques ou outras estratégias de manipulação.

Nesse sentido, Resende e Ramalho (2021, p. 48) afirmam que “relações de poder são mais eficientes quando sustentadas por significados tomados como tácitos, pois a busca por hegemonia se encontra na universalização de perspectivas particulares”. Desse modo, Nikolas Ferreira, com o intuito de transformar perspectivas particulares – já que se apresenta como cristão evangélico – em premissas universais, frequentemente, utiliza o apelo moral como técnica que invoca

valores religiosos para validar seus argumentos. Assim, aumenta o engajamento em torno de um determinado tema, como se fosse um pensamento comum a todos. O apelo moral confere um caráter sagrado ou inquestionável a suas posições, tornando críticas ou contra-argumentos facilmente classificáveis como imorais ou anticristãos. Além disso, apoia-se em oposições binárias expressas em discursos polarizados que dividem a realidade em pares antagônicos e mutualmente excludentes, o que simplifica debates complexos, enquanto ignora nuances sociais, econômicas e culturais. Todo esse contexto possibilita que as estratégias discursivas de Nikolas Ferreira sejam interpretadas como maniqueístas, uma vez que se sustentam em uma visão que não admite ambiguidades – na qual um lado é considerado totalmente virtuoso e o outro, completamente perverso. A valorização de pautas moralizantes de viés cristão, a defesa da “família tradicional” e os ataques direcionados à comunidade LGBTQIAPN+ e aos adversários políticos consolidam um ethos de combatividade, o qual é apreendido da imagem discursiva construída ao longo da narrativa analisada, conforme o parágrafo treze do anexo A, em que Ferreira afirma: *“a situação da Ilha de Marajó é muito triste e muito séria. Mas, graças a Deus, Ele levantou pessoas pra poder combater esse mal”*. Retórica comumente utilizada pelo deputado, que faz referência à luta do bem contra o mal, a Deus e a princípios cristãos em seus discursos, evidenciando, assim, não apenas o *ethos* pré-discursivo que o acompanha, mas também um *ethos* dito que ostenta em suas narrativas. A grafia do pronome “Ele” com a inicial maiúscula, conforme transcrito, não constitui um mero detalhe ou uma estratégia neutra, trata-se antes, de uma operação analítica que revela a compreensão do discurso em sua materialidade cultural e ideológica. Ao optar por grafar “Ele” com letra maiúscula, o ato de transcrição efetua uma interpretação, na medida em que identifica e estabelece no texto escrito a referência ao Deus cristão presente na fala do deputado. Dessa forma, a transcrição transcende a condição de registro neutro para se consolidar como um gesto hermenêutico<sup>12</sup>, expondo a impregnação do discurso de Ferreira por uma visão de mundo cristã. Essa decisão demonstra que a análise, longe de ser asséptica, parte do reconhecimento de que a linguagem opera como um campo de forças em constante disputa ideológica, discursiva e epistemológica.

---

<sup>12</sup> Gesto hermenêutico tem sua origem na Hermenêutica Filosófica do século XX e reconhece que toda interpretação é um diálogo entre o intérprete e o objeto de estudo, mediado por pré-compreensões, tradições e historicidade — sendo, portanto, uma atividade dialógica e não neutra.

A partir das transcrições analisadas neste capítulo, foi possível depreender a construção do *ethos* dito e do *ethos* discursivo de Nikolas Ferreira. Nos três excertos em questão, o deputado apresenta-se como defensor da moralidade cristã, da família tradicional e de princípios políticos que regem o bolsonarismo. Fica evidenciada na análise do *ethos* a construção de uma narrativa polarizadora (nós contra eles, o bem contra o mal), característica da retórica do ódio que se alastrou pelo país com o advento do bolsonarismo (Rocha, 2021). Ferreira assume, assim, uma postura de ataque ao governo federal (governo Lula), à comunidade LGBTQIAPN+ e a grupos progressistas que se posicionam contra a extrema direita.

### **1. O que não te contaram: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 22/02/2024 (Anexo A)**

A cenografia construída em “O que não te contaram” cria uma oposição binária de “nós” (os moralmente corretos, os que veem a verdade) contra “eles” (os hipócritas, os cegos). O apelo do deputado para “ver as coisas muito além de direita e esquerda” é o ápice dessa estratégia: ele posiciona-se em um plano superior, de dever moral que legitima sua narrativa, enquanto a esquerda, os artistas, a mídia e o PT são agrupados em um bloco coeso de vilões ou cegos voluntários. Eles não são meros opositores políticos, são moralmente culpados por sua “indignação seletiva”, uma vez que riram da denúncia, acionaram a PGR (Procuradoria Geral da República) para calar a mensagem de Damares e, portanto, são cúmplices simbólicos do mal denunciado. A seguir, apresenta-se a transcrição dos parágrafos analisados.

*“1 Recentemente, uma cantora fez uma denúncia a respeito da Ilha de Marajó e o abuso sexual que acontece com crianças naquele local. Depois disso, diversos artistas e esse tema abalou a internet e todo mundo começou a denunciar o que acontece lá na Ilha Marajó”.* Nesse primeiro grifo, destaca-se o que Batista Jr. (2024) chamou de “pegar carona na discussão”. De acordo com o jornalista, a estratégia de Ferreira consiste em se apropriar de temas controversos e conteúdos virais para definir a pauta de seus vídeos. Essa prática não é aleatória: ao optar

deliberadamente por *trends*<sup>13</sup> e polêmicas, o parlamentar se alinha aos critérios de engajamento que os algoritmos das redes sociais são programados para impulsionar, maximizando assim o alcance e a visibilidade de seu conteúdo.

*“2 Eu, particularmente, acho isso excelente, antes tarde do que nunca. Mas eu tenho um ponto a fazer. E pra isso, a gente precisa voltar um pouquinho no tempo. O ano era 2020 e a Damares, que até então era ministra dos Direitos Humanos do Bolsonaro, lançava o programa Abrace o Marajó. Damares, que já denunciava os casos de abuso sexual no Brasil inteiro há muitos anos. E, em 2022, fez um vídeo relatando alguns dos casos que recebeu quando estava no Ministério”.* No trecho grifado, “antes tarde do que nunca”, Ferreira utiliza um provérbio que apresenta marcas linguísticas específicas, a saber: operador de comparação (antes), marcador de temporalidade (tarde) e um operador de negação total (nunca). No contexto em questão, a expressão constitui uma crítica velada à demora, cuja ironia e recriminação são acentuadas pelo operador argumentativo adversativo “mas”, que faz contraposição à força da concessão inicial.

Diferentemente das transcrições que serão analisadas posteriormente, neste capítulo, no vídeo correspondente à transcrição do anexo A, Nikolas Ferreira utilizou dois cortes<sup>14</sup> para legitimar sua argumentação. No primeiro deles, a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, aparece de pé em um púlpito de igreja evangélica, em 2022, afirmando ter recebido denúncias de tráfico sexual de crianças na Ilha de Marajó. No segundo, o jornalista Valdo Cruz (Globo News) debate sobre a denúncia feita pela ex-ministra durante um culto religioso; no corte, o jornalista defende a apuração do caso pela justiça.

A utilização de cortes é uma estratégia comum entre influenciadores digitais para recuperar fatos que sustentem suas narrativas. No caso analisado, Nikolas Ferreira emprega esse recurso retórico para mobilizar a audiência contra adversários políticos e reforçar a existência de polarização política no país, atribuindo à esquerda a responsabilidade por esse cenário — como demonstraremos no trecho a seguir: *“4 basicamente toda a internet naquela época fez isso aqui, ó. Chacota com a Damares por conta das denúncias que ela tinha feito. Inclusive, essa foi a reação*

---

<sup>13</sup> *Top trends* ou simplesmente *trends* é um termo de língua inglesa que designa os tópicos, *hashtags* ou conteúdos mais populares e discutidos em uma plataforma digital em um determinado momento. São tendências que ganham grande visibilidade algorítmica por gerarem alto engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos).

<sup>14</sup> Cortes são trechos de vídeos editados e publicados nas redes sociais.

da esquerda. Eles utilizaram ali a minha foto pra poder satirizar, pra poder ali brincar com uma denúncia de abuso sexual da Ilha do Marajó". No trecho grifado, o deputado afirma que a esquerda agiu com zombaria diante da denúncia da ex-ministra; afirma ainda que a esquerda não se mobilizou diante da possibilidade de abuso sexual de crianças, em Marajó.

Ao defender o combate à violência contra grupos vulneráveis (como as crianças de Marajó) e advogar por um Brasil menos polarizado, Nikolas Ferreira constrói um *ethos* dito de defensor da coesão social. Contudo, esse posicionamento entra em colapso quando ele manifesta repúdio à "indignação seletiva" de adversários políticos e, simultaneamente, refere-se à deputada Erika Hilton pelo pronome "ele" — ato que retoma seu *ethos* pré-discursivo notoriamente marcado por declarações transfóbicas: "5 E pessoas como ele ajudou aí a ridicularizar uma denúncia que tinha sido feita pela Damares. Na época, a 'deputade' Erika Hilton também acionou a PGR contra a Damares, dizendo que eram supostos crimes de tráfico, abuso sexual, e que era pra poder investigar as declarações da ministra".

Essa inscrição performática, segundo a noção de *ethos* proposta por Maingueneau (2020), não se configura como uma ruptura entre o *ethos* dito (defensor dos vulneráveis) e o *ethos* mostrado (que nega identidades transgêneros) do ponto de vista da formação discursiva em que o enunciador está inserido. Na verdade, evidencia a seletividade ideológica que define seu princípio de proteção. Nesse cenário, a "criança" é reconhecida como vulnerável a ser protegida, enquanto a "pessoa transgênero" é enquadrada, dentro dessa mesma lógica, como parte de um grupo ideológico a ser combatido. Dessa forma, o que poderia ser interpretado como uma contradição é, na realidade, a consolidação de um *ethos* discursivo de combatividade coerente para seu público, que opera a partir de uma hierarquia de vulnerabilidade em que a proteção é um privilégio concedido apenas aos que se alinham a um projeto específico de sociedade e moralidade.

"7 onde estavam essas pessoas aqui, quando a Damares simplesmente estava denunciando o que acontecia na Ilha de Marajó? Elas basicamente estavam em completo silêncio, por quê? Afinal de contas, a gente só pode apoiar uma causa se tiver do nosso lado. Se for ministro do Bolsonaro, aí eu não vou apoiar". Outra característica da guerra cultural e da retórica do ódio apresentada por Rocha (2021) é o ataque sistemático à educação e cultura como, por exemplo, no trecho a seguir, em que Nikolas Ferreira afirma que os artistas possuem indignação seletiva e que

apoiam causas de acordo com os próprios alinhamentos políticos: “9 prova dessa indignação seletiva dos artistas, é de que agora, por exemplo, notícia de hoje. Sob Lula, Terra e Yanomami teve 363 mortos em 2023, contra 343 em 2022. E eu vou te dar duas alternativas de como os artistas estão agora. Letra A: eles estão fazendo um vídeo em conjunto com vários outros artistas, assim como fizeram na época do Bolsonaro. Ou letra B: eles estão completamente em silêncio. Se você escolheu a letra B, parabéns, você acertou”. A estratégia retórica que sugere “indignação seletiva” por parte da oposição não configura um ataque contra as ideias de seus opositores, e sim contra sua legitimidade moral. Afinal, se eles foram cegos para Marajó e agora são cegos para os Yanomami, seu compromisso é com o grupo político ao qual pertence, não com a moral. Por outro lado, a mobilização da audiência contra o inimigo comum seja ele o governo federal, artistas, a militância LGBTQIAPN+, entre outros alvos presentes na transcrição, evidencia a tentativa de persuadir a opinião pública utilizando como mote um fato relevante, como afirmou Batista Júnior (2024).

“11 Esse vereador se chama Roberto Alain de Sousa Costa. E eu dei uma pesquisada. Roberto Alain de Sousa da Costa, partido PT. Isso aqui é pra poder falar que tudo de ruim que acontece é do pessoal da esquerda e todo mundo à direita é santo? Claro que não. São duas coisas. Nem todo petista, mas sempre um petista. E segundo, é impressionante como a esquerda não consegue se opor ao mal se isso não lhes convém. Exemplos? A ditadura de Maduro, o terrorismo de Hamas, ou senão, os homossexuais perseguidos por Che Guevara. Enfim, “são” [sic] um dos exemplos aí”. O grifo nesse trecho da transcrição tem a função de reforçar uma estratégia retórica comum nas narrativas construídas por Ferreira, o enquadramento maniqueísta, que pressupõe a luta do bem contra o mal. O deputado apresenta a oposição como um grande mal a ser combatido por representar tudo de mais danoso que existe no mundo, o que é expresso na frase “a esquerda não consegue se opor ao mal se isso não lhes convém”.

“13 Agora, tempos depois, o Lula, quando assumiu o poder, revogou o programa Abraça o Marajó, que foi feito aí na gestão Bolsonaro pela Damares. Mas logo em seguida, ele criou um outro chamado Cidadania Marajó. E eu, como deputado federal, fiz um requerimento pro Ministério dos Direitos Humanos pra poder saber, de fato, o que está acontecendo com esse programa e se, de fato, está sendo efetivo o que eles estão fazendo. Enfim, a situação da Ilha de Marajó é muito

*triste e muito séria. Mas, graças a Deus, ele levantou pessoas pra poder combater esse mal*". No início do parágrafo, Nikolas Ferreira aponta a descontinuidade do Programa Abrece o Marajó para reforçar a situação de descaso com as mazelas locais por parte do governo atual. Quando refere que fez um requerimento para verificar se o novo programa funciona, retoma o tom de combatividade que o coloca como porta-voz de "pessoas indefesas", enquanto reafirma seu papel de combater o mal.

No desfecho do vídeo, Ferreira apresenta um posicionamento favorável à união do país e fim da polarização, reivindicando um ethos dito conciliatório: "14 e o meu desejo é que agora o Brasil se una... que vários olhos se abram e que as pessoas não debochem de quem denuncia o abuso sexual. E, principalmente, a gente veja as coisas muito além de direita e esquerda. E não apoie, ou seja, contra porque é de A ou de B, mas porque é um dever moral de ajudar uma causa que, no fim das contas, "é" [sic] humanos que estão sendo vítimas e, muitas das vezes, indefesas". No entanto, podemos depreender uma narrativa que estabelece um inimigo em comum para garantir a manutenção da polarização política (Rocha, 2021). Dinâmica reforçada ao longo de toda tecitura discursiva.

## **2. Ninguém aguenta mais: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 26/07/2024 (Anexo B)**

A cenografia elaborada no texto "Ninguém aguenta mais" opera para construir uma imagem de contradição performática atribuída à militância LGBTQIAPN+. Essa construção insinua um duplo padrão pelo qual o grupo seria incapaz de exercer a tolerância que exige, podendo-se observar uma suposta inversão dos papéis de vítima e agressor, tal como evidenciado no trecho: "Zombar de mim é crime, mas zombar da igreja é meu direito". Dessa forma, argumenta-se que a cenografia não se limita a apontar uma hipótese de contradição, mas visa à deslegitimação da luta por direitos desse grupo. Esse efeito é alcançado por meio de um ethos de hipocrisia discursivamente estruturado e colocado na voz do locutor, que parece encapsular a figura do militante como autoritário e intolerante, corroendo, assim, a base ética de suas reivindicações.

O *ethos* aqui depreendido está fortemente ligado ao *ethos* pré-discursivo do parlamentar, que é visto previamente como um político jovem, cristão evangélico e

conservador. Essa imagem é reforçada durante a enunciação ao se posicionar a favor da igreja e contra a população LGBTQIAPN+, historicamente rechaçada por conservadores e religiosos.

*“1 Eu exijo o respeito de todos, menos para os cristãos. Sou a favor de toda a diversidade, menos a de opinião. Eu obrigo que todos me tolerem, mas não tolero quem discorde de mim. Zombar de mim é crime, mas zombar da igreja é meu direito. Prazer, militância LGBT”.*

Observamos a utilização do paralelismo sintático antitético, um recurso linguístico comum em textos que, embora em paralelo, se contrapõem em significado. Essa estratégia tem o objetivo de destacar a ideia do que se pretende defender, haja vista que o segundo trecho nega o que é proposto no primeiro. Nikolas Ferreira recorre ao discurso religioso como apelo moral, criando entre seus seguidores um sentimento de familiaridade com sua narrativa. Assim, as estratégias discursivas associadas ao *ethos* pré-discursivo do deputado – que o apresenta como cristão evangélico – potencializa o engajamento de grupos religiosos, determinando a acolhida de seus vídeos pela sua audiência (seguidores).

Fairclough (1989, p. 17) defende que “o discurso tem efeito sobre as estruturas sociais, além de ser determinado por elas, contribuindo assim para a continuidade e a mudança social”. Por isso, outro ponto importante para entender a estratégia retórica é a análise dos marcadores linguísticos grifados na transcrição, como “exijo” e “obrigo”, que são verbos impositivos que, no ato de fala, manifestam uma posição de autoridade em relação ao interlocutor, sugerindo que a militância LGBTQIAPN+ pretende ocupar uma posição de autoridade em relação à igreja.

Na sequência, de modo generalizante, a narrativa estabelece que a militância LGBTQIAPN+ é hipócrita. A cenografia que opõe igreja e comunidade LGBTQIAPN+ reforça a ideologia defendida pela extrema direita e por fundamentalistas religiosos segundo a qual a comunidade LGBTQIAPN+ representa uma ameaça aos valores tradicionais, à família, à igreja e à moralidade cristã.

Com base nas propostas de Fairclough (1989) sobre a relação entre discurso, estruturas de poder e disputa ideológica, podemos afirmar que construções discursivas como a apresentada acima fomentam a proliferação, nas redes sociais, de comportamentos intolerantes contra a população LGBTQIAPN+. Além de engajar, como apontaram Resende e Ramalho (2020), grupos da extrema direita que utilizam perspectivas particulares, como se fossem universais, para atacar minorias.

### 3. O Pix está unindo o povo: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 14/01/2025 (Anexo C)

A cenografia construída em “O Pix está unindo o povo” apresenta Ferreira como o porta-voz da verdade contra um governo caracterizado como autoritário, que monitora seu povo de forma fiscalizadora. Dentre as três transcrições analisadas, pode-se considerar que esta apresenta o ataque mais direto e incisivo ao governo Lula, convocando a audiência a concordar com sua narrativa por meio de apelo emocional e um ethos de autoridade. Essa posição sustenta-se em dois pilares discursivos principais: um paralelismo sintático que estabelece um contraste moral nítido – evidenciado na estrutura antitética: “o governo quer saber [A], mas não quer saber [B]” – e uma interpelação direta ao público: “eu te explico o porquê” que consolida o locutor como uma autoridade intelectual legítima, capaz de desvendar os supostos mecanismos ocultos pelo governo para seu auditório.

“1 O governo quer saber como você ganha 5 mil e paga 10 mil de cartão, mas não quer saber como uma pessoa que ganha um salário mínimo faz para sobreviver pagando luz, moradia, educação, compra do mês e gasto. Esse é o questionamento tem sido feito nas redes sociais e faz todo sentido, e eu te explico o porquê”. No trecho grifado, Nikolas Ferreira recorre novamente ao uso de paralelismo reforçando a ideia de que o governo pretende fiscalizar os ganhos e gastos dos cidadãos, mas não se importa com as mazelas econômicas e sociais que os afligem.

“2 O governo Lula vai monitorar seus gastos com cartão de crédito e Pix, que movimentam acima de 5 mil reais para pessoas físicas e 15 mil para empresas. Isso todo mundo já sabe. E não, o Pix não será taxado. Mas é bom lembrar que a comprinha da China não seria taxada, foi. Não ia ter sigilo, mas teve. Você ia ser isento do imposto de renda, não vai mais. Ia ter picanha, não teve. O Pix não será taxado, mas não duvido que possa ser”. Nesse trecho, o parlamentar utiliza o verbo “monitorar” (grifado na primeira linha), para determinar uma postura fiscalizadora do governo, sugerindo uma conduta autoritária que, em outro contexto, poderia ser entendida como mera observação. Além disso, segue utilizando paralelismo e analogias para induzir a audiência a concluir que a taxaçoão do Pix é certa.

“2 Enfim, quem será mais afetado com essa medida será o trabalhador informal. Feirantes, o seu João, que vende picolé como ambulante, motoristas de

*Uber, pedreiros, entregadores de iFood. Todos aqueles que lutam diariamente para ganhar vida honestamente vão sofrer*". No trecho grifado, Nikolas Ferreira chama a audiência a se solidarizar com os trabalhadores informais ao personificar toda uma categoria na figura de "seu João", o vendedor de picolé. Em seguida, reitera o caráter fiscalizador típico de governos autoritários que mantêm sua população sob vigilância, além de insinuar uma possível punição, já que os trabalhadores poderiam ser vistos como grandes sonegadores, o que acarreta uma penalidade. 2 Esses trabalhadores que já vivem no aperto agora terão suas movimentações vigiadas, como se fossem grandes sonegadores.

*"4 Pensa comigo, microempreendedores representam 70% das empresas do país. Em 2025, por exemplo, o MEI poderá faturar 81 mil reais por ano, ou seja, pouco mais de 6 mil reais por mês. Essa maioria de brasileiros, muitos não declaram imposto de renda, porque senão não conseguem pagar suas contas. Se é difícil sem declarar, imagina o PT tirando 27,5% que você ganha. É impossível sobreviver".* Observa-se que a narrativa está sendo construída no sentido de apontar o Partido do Trabalhadores (PT) como um vilão que toma parte do salário dos trabalhadores. De acordo com Fairclough (1989), as estruturas linguísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, assim, é importante ressaltar o caráter ideológico presente no discurso de Nikolas Ferreira que indica a intenção de ataque ao governo Lula, proposta reforçada no trecho a seguir: *"4 sendo assim, esses milhões de brasileiros não vão mais usar cartão de crédito, Pix, débito ou transferência bancária para não cair na mira do governo, que só está pensando em arrecadar sem te oferecer nada. Prova disso é que o Lula aumentou os gastos do cartão da presidência e colocou sigilo para os gastos dele com a Janja. Mas quer tirar o sigilo bancário de você, cidadão comum e empreendedor. Sigilo para ele e vigilância para você. Prazer, Lula".* Ainda sobre o trecho anterior, destacamos a estratégia retórica de Ferreira, que assume um tom alarmista e projeta o fim da utilização do Pix, cartão e transferência bancária como resultados da vigilância (considerada excessiva ao longo da narrativa) do governo. Além do mais, contrapõe a decisão de monitorar os gastos dos cidadãos com o sigilo dos gastos presidenciais, o que indica a possibilidade de que o governo teria algo a esconder.

*"9 Eu sei que é desanimador, mas é a única saída que a gente tem. Percebeu a consequência de um voto mal dado? Por fim, mas não menos importante, a oposição está coletando assinaturas para um projeto de lei para impedir que esse*

tipo de quebra de sigilo mascarado de transparência seja realizado. E em breve, vamos divulgar quem está a favor do governo tirar mais dinheiro seu. E nisso, eu preciso de você para cobrar. Não importa se você é de direita, esquerda, centro, gosta de mim ou não. É hora de entender que se a gente não parar o Lula, o Lula vai parar o Brasil". No último trecho analisado, Nikolas Ferreira conclui sua narrativa de ataque ao governo Lula convocando a população a se posicionar contra o que ele chamou de "quebra de sigilo", referindo-se ao projeto de lei que tinha como objetivo instituir a prestação de informações relativas às operações financeiras via Pix e cartão de crédito. Além disso, utiliza uma construção comum em narrativas bolsonaristas denominada "retórica do ódio" (Rocha, 2021), mobilizando a audiência contra um inimigo em comum, no caso o presidente Lula: "é hora de entender que se a gente não parar o Lula, o Lula vai parar o Brasil".

#### **4. Discussão dos resultados**

A partir dos elementos apresentados na análise do *corpus*, pretendeu-se responder às questões centrais desta pesquisa articulando as reflexões linguisticamente orientadas ao contexto sócio-histórico que atravessa os discursos de Nikolas Ferreira. Para tanto, propôs-se uma discussão dos resultados que integra dois eixos: (1) a contextualização do cenário ideológico no qual o parlamentar está inserido — marcado por polarizações e disputas identitárias —, e (2) a análise das estratégias discursivas presentes nas transcrições, as quais revelam padrões recorrentes de enquadramento linguístico-discursivo. Conforme ficou demonstrado, tais padrões, alinhados a preceitos que regem o bolsonarismo — como a valorização de pautas conservadoras, o antagonismo a adversários políticos e o uso da retórica do ódio —, não apenas consolidam um ethos discursivo, mas também ilustram como o deputado mobiliza recursos como o *ethos* de combatividade, narrativas moralizantes de viés religioso e conservador, defesa da "família tradicional" e ataques à comunidade LGBTQIAPN+, além de generalizações sobre pautas progressistas para reforçar sua imagem como porta-voz de uma guerra cultural em curso. Dessa forma, demonstramos que a repetição sistemática desses mecanismos linguísticos opera como um dispositivo de persuasão, vinculando discurso e prática social, de modo a gerar engajamento nas redes sociais e, conseqüentemente, promover transformações sociais concretas, como aponta Fairclough (2016).

Quanto ao *ethos* discursivo construído por Nikolas Ferreira, depreendeu-se, quanto à sua estruturação, três pilares fundamentais: o *ethos* de cristão conservador, o *ethos* de combatividade e o *ethos* de porta-voz autêntico. No primeiro pilar, Ferreira constrói sua imagem discursiva ancorada em valores tradicionais e religiosos, por meio de um repertório que inclui citações bíblicas, a defesa da “família tradicional” e a oposição a pautas progressistas. Esse posicionamento ideológico funciona como estratégia de credibilidade, conectando-o emocionalmente a uma base de apoio específica e inserindo-o em uma comunidade de valores compartilhados, na qual seu discurso é legitimado por emanar uma convicção moral supostamente inquestionável.

No segundo pilar, sua estratégia retórica centra-se na manutenção de um inimigo comum – seja o “marxismo cultural”, a comunidade LGBTQIAPN+ ou adversários políticos –, mobilizando a audiência por meio de narrativas polarizadoras e da sustentação de conflitos. Essa imagem de combatente incansável contra as “forças que ameaçam a nação” é crucial para seu projeto político e serve como base para a legitimação do terceiro pilar. Ao adotar a polarização como motor de engajamento, Nikolas Ferreira consolida-se como porta-voz autêntico para a extrema direita.

Por fim, a Análise de Discurso Crítica (ADC), articulada a uma perspectiva enunciativo-discursiva, permite identificar nas estratégias discursivas do deputado Nikolas Ferreira mecanismos ideológicos fundamentados em um discurso maniqueísta. Esses mecanismos manifestam-se tanto nas narrativas intrinsecamente polarizadoras – que opõem um “nós” virtuoso a um “eles” corrupto e ameaçador – quanto na defesa de uma determinada moral religiosa que se pretende superior a princípios laicos e direitos humanos, operando, assim, uma hierarquização valorativa que naturaliza certas visões em detrimento de outras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida nesta dissertação permitiu revelar as estratégias discursivas e o *ethos* discursivo construído por Nikolas Ferreira em seu Instagram, por meio da articulação entre a Análise de Discurso Crítica postulada por Norman Fairclough e a Análise Enunciativo-Discursiva, segundo Dominique Maingueneau. Os resultados indicam que o deputado mobiliza um *ethos* pré-discursivo alinhado ao conservadorismo cristão e ao bolsonarismo, atualizando-o por meio de um *ethos* dito que se declara defensor de valores tradicionais e um *ethos* mostrado/discursivo que *performa* combatividade e polarização. Suas estratégias discursivas — baseadas em oposições binárias, apelo moral e enquadramento maniqueísta — não apenas reforçam sua identidade política, mas também amplificam seu engajamento por intermédio de temas viralizáveis e controversos, frequentemente associados a ataques a adversários e a pautas progressistas.

Este trabalho, contudo, não se esgota em si mesmo. Pelo contrário, abre possibilidades para investigações futuras que possam aprofundar e expandir nossas descobertas, tais como:

1. Análise multimodal: investigar os recursos não verbais (entonação, gestos, expressões faciais) e elementos visuais (edições, cores, *hashtags*) dos vídeos, por meio da AD na visada de Maingueneau (2020) ou integrando a semiótica social à ADC para compreender como a persuasão opera em múltiplas camadas de significação;
2. Estudo comparativo longitudinal: examinar a evolução do *ethos* e das estratégias discursivas de Nikolas Ferreira — e de outras figuras da nova extrema direita digital — ao longo de um ciclo eleitoral completo, analisando a adaptação da retórica em diferentes contextos políticos e midiáticos;
3. Investigação da recepção e do público: pesquisar como os seguidores interpretam, negociam e ressignificam o discurso do deputado, por meio de análises de comentários, compartilhamentos e comunidades *on-line* com o apoio da Análise do Discurso Digital preconizada por Marie-Anne Paveau. Compreender a recepção é crucial para desvendar o impacto real dessas estratégias na formação de opinião e no comportamento político;
4. Análise de plataformas cruzadas: expandir o *corpus* para outras plataformas (como YouTube, X e Telegram), nas quais o discurso político se fragmenta e circula

de formas distintas, o que permitiria mapear ecossistemas desinformativos e estratégias de comunicação multiplataforma.

Por fim, este estudo reafirma a urgência de pesquisas críticas que acompanhem a crescente sofisticação dos mecanismos de desinformação, a opacidade algorítmica e os processos discursivos no ambiente digital. Seu propósito final é duplo: visa desenvolver não apenas materiais acadêmicos robustos, mas também ferramentas eficazes de alfabetização midiática, com vistas a enfrentar os desafios impostos pela nova esfera pública digital.

Cabe ressaltar que as descobertas aqui apresentadas podem fornecer um substrato teórico-metodológico para iniciativas que transcendem o âmbito acadêmico. Nesse sentido, a compreensão da opacidade algorítmica configura-se como primordial para desvendar o funcionamento e a amplificação do engajamento de figuras públicas como Nikolas Ferreira no ambiente digital, uma vez que a falta de transparência desses algoritmos cria um ecossistema propício para que narrativas polarizadas recebam visibilidade desproporcional. Evidenciou-se que o *ethos* de combatividade e polarização construído por Ferreira mostra-se um veículo eficaz para a disseminação de desinformação e de discursos de ódio, os quais são instrumentalizados como peças centrais em uma guerra cultural que busca mobilizar a audiência a partir da polarização política. Nesse contexto, torna-se viável, por exemplo, a criação de programas de educação midiática que, para além de contribuir com a identificação de *fake news*, ensinem a analisar as estratégias discursivas e os enquadramentos ideológicos subjacentes ao discurso digital. O que possibilitaria aos indivíduos reconhecer e refutar narrativas legitimadas por grupos hegemônicos que privilegiam a manutenção da ordem social vigente e consequente manipulação de grupos sociais que não possuem letramento digital, mas que estão inseridos no ambiente digital, principalmente, por meio das redes sociais.

## REFERÊNCIAS

- ADLERCREUTZ, G. D; CHIAPERO, M. A. Análisis e implementación de algoritmos de control de tráfico en RouterOS de Mikrotik. Buenos Aires: **Universidad Abierta Interamericana**, 2012. Disponível em: [https://repo.ia.edu.ar/handle/123456789/1596?mode=full]. Acesso em: 28 dez. 2024.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- AMOSSY, R. **La présentation de soi**. Ethos et identité verbale. Paris: PUF, 2010.
- BATISTA JR., J. A peça de reposição. **Piauí**, São Paulo, edição 217, p. 16-23, 10/2024.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 (edição com apresentação de Lilia Moritz Schwarcz e prefácio de Jacques Le Goff).
- Blotta, V.; Bucci, E. (2025). Desinformação, democracia e regulação. **Estudos Avançados**, 39(113), e39113257. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539113.015]. Acesso em: 28 dez 2024.
- CARREON, R. O. (2023). As fake news como base do populismo de direita brasileiro: entre o político e o digital, o algoritmo. **Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso**, 23(2) 129-146. Disponível em: https://doi.org/10.35956/v.2.n23.2023.p.129-146. Acesso em: 24/10/2025.
- CARNAIBA, A. F. Bots em redes sociais: desafios teóricos e consequências para as ciências sociais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 09, nº 02, p. 31-57, 2023.
- CARVALHO, F. T. S. de; MELO, M. G. V. H. de. Bots humanos e objetivos nada republicanos: as fazendas de clique como ferramenta para disseminação das fake news. **Revista Direito e Tecnologia**, São Paulo, v. 5, p. 1-8, 2023. Disponível em: [https://revista.trt10.jus.br/index.php/revista10/article/view/552/468]. Acesso em: 15 jul. 2024.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CREATORS. Veja como os algoritmos do Instagram podem ajudar você. Creators. Instagram: **Criadores de conteúdo**. Página inicial, 2025. Disponível: [https://creators.instagram.com/grow/algorithms-and-ranking?locale=pt\_BR]. Acesso em: 12 jan. 2025.

DA EMPOLI, G. **Os Engenheiros do Caos: como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio e influenciar eleições**. São Paulo: Ed. Vestígio, 2019.

FAIRCLOUGH, N; MELO, I. F. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307–329, 2012. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329. Disponível em: https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728. Acesso em: 15 mai. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 9, n. 6, p. 739–769, 1985.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of the language**. Nova York: Longman Publishing, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Oxford and Cambridge: Polity Press and Blackwell, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOCAULT, M. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IDEA. 'Fake news' influenciam agenda. **IdEA**, Campinas, 12 nov. 2018. Disponível em: https://idea.unicamp.br/noticias/2018/11/12/crescimento-das-fake-news-influencia-agenda-publica-e-requer-acoas/. Acesso em: 28 dez. 2024.

IDOETA. P. A. Por que algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos na visão de pioneiro da Inteligência Artificial? **BBC News Brasil**, 10 de out. de 2021. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/geral-58810981]. Acesso em 30 jan. 2025.

IRINEU, L. M. (Org.) et al. **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Vol. 1 – 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

IRINEU, L. M. (Org.). **Análise de Discurso Crítica: exercícios analíticos**. Vol. 2 – 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

KETTERMANN, M. C.; MOZETIC, V. A. **Desinformação: o que (não) sabemos sobre seu impacto na democracia?** Consultor jurídico. São Paulo, 03/2025. Disponível em: [[https://www.conjur.com.br/2025-mar-18/desinformacao-o-que-nao-sabemos-sobre-seu-impacto-na-democracia/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.conjur.com.br/2025-mar-18/desinformacao-o-que-nao-sabemos-sobre-seu-impacto-na-democracia/?utm_source=chatgpt.com)]. Acesso em 22 mar. 2025.

MAGALHÃES, I. Introdução a análise de discurso crítica. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. São Paulo, Vol. 21. Núm. 3, p. 1-9, 2005. Número Especial. Disponível em: [<https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>]. Acesso em: 12 nov. 2023.

MAINGUENEAU, D. Analisando Discursos Constituintes. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 2, 2000. p. 1-10.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Maria Cecília Perez Souza-e-Silva; Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2013b.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o Ethos**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MAYNARD, D. C. S. Memórias do Segundo Dilúvio: uma Introdução à História da Internet. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, n. 04, p. 1-9, jul. 2011. Disponível em: [DOI: <https://doi.org/10.33662/ctp.v0i04.2721>]. Acesso em: 28 dez. 2024.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORWELL, G. **Politics and the English Language**. Horizon, London, v. 13, n. 76, p. 252-265, abr. 1946. Disponível em: [<https://archive.org/details/PoliticsAndTheEnglishLanguage/page/n3/mode/2up>]. Acesso em 19 dez. 2023.

PAVEAU, M. **Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

PEDRETTI, L. Os ecos do Orvil em 2021: o livro secreto da ditadura. **Agência Pública**, 20 ago. 2021. Disponível em: [<https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/>]. Acesso em: 15 out. 2024.

RESENDE, V. M; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

ROCHA, J. C. C. **Guerra Cultural e Retórica do ódio: Crônicas de um Brasil Pós-político**. Goiânia: Caminhos, 2021.

SILVEIRA, F.; ROSA, P.; SOUZA, A. Negacionismo científico e tecnologias algorítmicas em tempos pandêmicos: etnografia das narrativas bolsonaristas em grupos de WhatsApp. **Revista Opinião Filosófica**, 13(1), 2022. p. 1-29. Disponível em: [DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v13.1057>]. Acesso em: 20 fev. 2025.

SOUZA-e-SILVA, M. C. P.; Rocha, D. (2018). A inter-relação entre cenografia e et(h)os: Carmen – les racines d'un mythe, de Maingueneau. **Letras De Hoje**, 53(3), 331–339. Disponível em: [<https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.32916>]. Acesso em: 20 fev. 2025.

TERRA, V. “Desinformação em saúde se tornou estratégia política para populismo anti-ciência”, diz pesquisador. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2025. Entrevista com Igor Sacramento. Disponível em: [<https://www.agencialupa.org/jornalismo/2025/03/17/-desinformacao-em-saude-se-tornou-estrategia-politica-para-populismo-anti-ciencia-diz-pesquisador/>]. Acesso em: 18 mar. 2025.

TRE-GO. **Fake news x desinformação: entenda qual é a diferença entre os termos**. Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, ago. 2023. Disponível em: [<https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/fake-news-x-desinformacao-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-os-terminos>]. Acesso em: 20 dez. 2024.

UNESCO. **Desinformação online: UNESCO divulga plano de ação para regular plataformas de redes sociais**. Disponível em: [<https://www.unesco.org/pt/articles/desinformacao-online-unesco-divulga-plano-de-acao-para-regular-plataformas-de-redes-sociais>]. Acesso em: 20 dez. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Crescimento das fake news influencia agenda pública e requer ações**. Idea, 12 nov. 2018. Disponível em: [<https://idea.unicamp.br/noticias/2018/11/12/crescimento-das-fake-news-influencia-agenda-publica-e-requer-acoes>]. Acesso em: 19 dez. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Museu do Computador. **História da Internet**. Disponível em: [[http://ws2.din.uem.br/~museu/hist\\_dainternet.htm](http://ws2.din.uem.br/~museu/hist_dainternet.htm)]. Acesso em: 28 dez. 2024.

## ANEXOS

### Anexo A: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 22/02/2024

#### Título: O que não te contaram...

Ilha de Marajó e algumas coisas que você não sabe.

1. Recentemente, uma cantora fez uma denúncia a respeito da Ilha de Marajó e o abuso sexual que acontece com crianças naquele local. Depois disso, diversos artistas e esse tema abalou a internet e todo mundo começou a denunciar o que acontece lá na Ilha Marajó.
2. Eu, particularmente, acho isso excelente, antes tarde do que nunca. Mas eu tenho um ponto a fazer. E pra isso, a gente precisa voltar um pouquinho no tempo. O ano era 2020 e a Damares, que até então era ministra dos Direitos Humanos do Bolsonaro, lançava o programa Abrace o Marajó. Damares, que já denunciava os casos de abuso sexual no Brasil inteiro há muitos anos. E, em 2022, fez um vídeo relatando alguns dos casos que recebeu quando estava no Ministério.
3. **Edit: inserção de um corte com da ex-ministra Damares Alves.** [Fui pra Ilha do Marajó. E lá nós descobrimos que nossas crianças estavam sendo traficadas por lá. Marajó faz fronteira com o mundo, Suriname, Goiânia. Eu vou contar uma coisa pra vocês que agora eu posso falar. Nós temos imagens de crianças nossas brasileiras com 4 anos, 3 anos, que quando cruzam as fronteiras sequestradas, os seus dentinhos são arrancados pra elas não morderem na hora do sexo oral. Bolsonaro disse, nós vamos atrás de todas elas e o inferno se levantou contra esse homem. A guerra contra Bolsonaro, que a imprensa levantou, que o Supremo levantou, que o Congresso levantou, acreditem, não é uma guerra política. É uma guerra espiritual].
4. Basicamente toda a internet naquela época fez isso aqui, ó. Chacota com a Damares por conta das denúncias que ela tinha feito. Inclusive, essa foi a reação da esquerda. Eles utilizaram ali a minha foto pra poder satirizar, pra poder ali brincar com uma denúncia de abuso sexual da Ilha do Marajó.
5. E pessoas como ele ajudou aí a ridicularizar uma denúncia que tinha sido feita pela Damares. Na época, a 'deputade' Erika Hilton também acionou a

PGR contra a Damares, dizendo que eram supostos crimes de tráfico, abuso sexual, e que era pra poder investigar as declarações da ministra. E a mídia também lá atrás reagiu dessa forma, com depoimento de denúncia da Damares, com deboche.

6. **Edit: inserção de um corte com o jornalista Valdo Cruz da Globo News.**

[E se você recebe um vídeo com esse conteúdo, que foi narrado pela ministra com ares dramáticos, né, fazendo uma performance ali à frente do púlpito da igreja, pra tentar comover aquela plateia, e dizer, olha como o presidente da república é perseguido, é perseguido porque ele combate esse tipo de violação de crianças, né. Então, assim, se você olha aquilo, realmente, nossa, que absurdo].

7. Mas teve um em especial, que pediu a cassação da Damares, antes mesmo da posse, por conta das denúncias que ela fez da Ilha de Marajó. Quem? Xuxa Meneghel. E não só ela, mas outras figuras, como Marcelo Tas, Patrícia Pilar, simplesmente também pediram a cassação da Damares. E aí que está o meu ponto. Onde estavam essas pessoas aqui, quando a Damares simplesmente estava denunciando o que acontecia na Ilha de Marajó? Elas basicamente estavam em completo silêncio, por quê? Afinal de contas, a gente só pode apoiar uma causa se tiver do nosso lado. Se for ministro do Bolsonaro, aí eu não vou apoiar.

8. Prova dessa indignação seletiva dos artistas, é de que agora, por exemplo, notícia de hoje. Sob Lula, Terra e Yanomami teve 363 mortos em 2023, contra 343 em 2022. E eu vou te dar duas alternativas de como os artistas estão agora. Letra A: eles estão fazendo um vídeo em conjunto com vários outros artistas, assim como fizeram na época do Bolsonaro. Ou letra B: Eles estão completamente em silêncio. Se você escolheu a letra B, parabéns, você acertou.

9. A Amazônia teve a pior queima em 15 anos. E aí eu vou te dar mais duas opções. Os artistas estão fazendo esses videozinhos ridículos, você lembra do Salve, Amazônia! Ou eles estão calados. Exato, estão calados. E por que isso acontece? Porque eles são extremamente seletivos com a indignação deles. Por exemplo, sabe essa menina aqui? É a mesma que tá fazendo esse L aqui de Lula. Aí eu te pergunto, você acha que ela falou alguma coisa da Ilha de Marajó ou apoiou a Damares na época? Claro que não. A Xuxa, que

também fez o L, além de não apoiar, pediu a cassação da Damares. E agora vai um pedido pessoal. Vai no Twitter ou na conta da Xuxa e escreve assim, Cadê você, Xuxa? Pronto, só isso. Vamos ver se ela vai ter coragem agora de aparecer e pedir desculpa pra Damares.

10. Dito isso, eu quero te falar sobre a gravidade que acontece no Marajó. É muito pior do que você imagina. Em 2006, um arcebispo chamado Dom José Luiz, lá de Marajó, fez uma denúncia pra Comissão de Direitos Humanos na época. Nisso, a comissão designou um servidor pra poder colher as provas. E assim ele fez. Foi até o local, conversou com a mãe da vítima, conversou com a vítima, e a vítima relatou o quê? Que conforme depoimentos da vítima e outros depoimentos, um vereador trancou o cadeado da grade da porta do quarto e também trancou a porta do quarto à chave, forçando a manter relação sexual com uma criança de 13 anos de idade.
11. Esse vereador se chama Roberto Alain de Sousa Costa. E eu dei uma pesquisada. Roberto Alain de Sousa da Costa, partido PT. Isso aqui é pra poder falar que tudo de ruim que acontece é do pessoal da esquerda e todo mundo à direita é santo? Claro que não. São duas coisas. Nem todo petista, mas sempre um petista. E segundo, é impressionante como a esquerda não consegue se opor ao mal se isso não lhes convém. Exemplos? A ditadura de Maduro, o terrorismo de Hamas, ou senão, os homossexuais perseguidos por Che Guevara. Enfim, “são” [sic] um dos exemplos aí.
12. Continuando a história. Esse servidor que foi lá pra poder apurar essas denúncias lá na Ilha Major, em 2007, enquanto ele estava investigando, ele sofreu um acidente de carro e morreu. Ou seja, meu amigo, basicamente, quem se coloca contra o tráfico de crianças, o abuso sexual, basicamente, pode pagar com a própria vida.
13. Agora, tempos depois, o Lula, quando assumiu o poder, revogou o programa Abraço o Marajó, que foi feito aí na gestão Bolsonaro pela Damares. Mas logo em seguida, ele criou um outro chamado Cidadania Marajó. E eu, como deputado federal, fiz um requerimento pro Ministério dos Direitos Humanos pra poder saber, de fato, o que está acontecendo com esse programa e se, de fato, está sendo efetivo o que eles estão fazendo. Enfim, a situação da Ilha de Marajó é muito triste e muito séria. Mas, graças a Deus, ele levantou pessoas pra poder combater esse mal.

14. Esse aqui é o Instagram deles, Instituto Akashi e você pode fazer sua doação através desse Pix. Eu já fiz aqui a minha doação e, como disse Madre Tereza de Calcutá, o que eu faço é uma gota no oceano, mas, sem essa gota, o oceano seria menor. E o meu desejo é que agora o Brasil se una... que vários olhos se abram e que as pessoas não debochem de quem denuncia o abuso sexual. E, principalmente, a gente veja as coisas muito além de direita e esquerda. E não apoie, ou seja, contra porque é de A ou de B, mas porque é um dever moral de ajudar uma causa que, no fim das contas, “é” [sic] humanos que estão sendo vítimas e, muitas das vezes, indefesas.

#### **Anexo B: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 26/07/2024**

##### **Título: Ninguém aguenta mais**

1. Eu exijo o respeito de todos, menos para os cristãos. Sou a favor de toda a diversidade, menos a de opinião. Eu obrigo que todos me tolerem, mas não tolero quem discorde de mim. Zombar de mim é crime, mas zombar da igreja é meu direito. Prazer, militância LGBT.

#### **Anexo C: transcrição do vídeo publicado no Instagram em 14/01/2025**

##### **Título: O Pix está unindo o povo**

1. O governo quer saber como você ganha 5 mil e paga 10 mil de cartão, mas não quer saber como uma pessoa que ganha um salário-mínimo faz para sobreviver pagando luz, moradia, educação, compra do mês e gasto. Esse é o questionamento tem sido feito nas redes sociais e faz todo sentido, e eu te explico o porquê.

2. O governo Lula vai monitorar seus gastos com cartão de crédito e Pix, que movimentam acima de 5 mil reais para pessoas físicas e 15 mil para empresas. Isso todo mundo já sabe. E não, o Pix não será taxado. Mas é bom lembrar que a comprinha da China não seria taxada, foi. Não ia ter sigilo, mas teve. Você ia ser isento do imposto de renda, não vai mais. Ia ter picanha,

não teve. O Pix não será taxado, mas não duvido que possa ser. Enfim, quem será mais afetado com essa medida será o trabalhador informal. Feirantes, o seu João, que vende picolé como ambulante, motoristas de Uber, pedreiros, entregadores de iFood. Todos aqueles que lutam diariamente para ganhar vida honestamente vão sofrer. Esses trabalhadores que já vivem no aperto agora terão suas movimentações vigiadas, como se fossem grandes sonegadores. Se fizeram uma vaquinha para pagar o churrasco, vai ser complicado de explicar no imposto de renda.

3. O amor está custando caro demais.
4. Pensa comigo, microempreendedores representam 70% das empresas do país. Em 2025, por exemplo, o MEI poderá faturar 81 mil reais por ano, ou seja, pouco mais de 6 mil reais por mês. Essa maioria de brasileiros, muitos não declaram imposto de renda, porque senão não conseguem pagar suas contas. Se é difícil sem declarar, imagina o PT tirando 27,5% que você ganha. É impossível sobreviver. Porque se fosse para pagar imposto alto, igual na Suíça, mas ter um serviço da Suíça de saúde, educação e transporte, ok. Mas o brasileiro paga imposto alto para continuar tendo o serviço de saúde, educação e transporte do Brasil. Sendo assim, esses milhões de brasileiros não vão mais usar cartão de crédito, Pix, débito ou transferência bancária para não cair na mira do governo, que só está pensando em arrecadar sem te oferecer nada. Prova disso é que o Lula aumentou os gastos do cartão da presidência e colocou sigilo para os gastos dele com a Janja. Mas quer tirar o sigilo bancário de você, cidadão comum e empreendedor. Sigilo para ele e vigilância para você. Prazer, Lula.
5. E qual o objetivo real dessas medidas? Arrecadar mais impostos. Tirar dinheiro do seu bolso. Mas não pense que isso vai para saúde, segurança ou educação. Isso eu nem preciso provar. Basta uma pergunta. Qual serviço que o Estado oferece, na sua cidade, de qualidade? Virou comum pagar impostos e pagar também outra empresa para fazer o mesmo serviço que o Estado não faz.
6. O país não estava quebrado? Agora todo mundo tem R\$ 5 mil na conta? Vem cá, gênio, que eu vou te explicar. Basta ter R\$ 5 mil movimentados na conta para entrar na mira da Receita. Ou seja, o Uber que gastou com gasolina,

manutenção, freio, suspensão, limpeza e outros custos e movimentou R\$ 5 mil na conta, ele tem R\$ 5 mil livre no bolso? Claro que não.

7. O ambulante que movimenta acima de R\$ 5 mil no mês para sustentar a família agora está na mira da Receita. O entregador do iFood que corre horas para fazer sua meta também está. O governo diz que essas medidas são modernização fiscal. Conversa para boi dormir. Ah, e quem não deve não teme. Ah, é mesmo? Se estivessem preocupados mesmo com a transparência dos gastos públicos, por que não investigaram as empresas estatais que estão dando prejuízo agora com o Lula? Investigaram os gastos absurdos da Janja, dar transparência para os gastos dos ministros do Lula.
8. O que aconteceria se a gente abrisse o sigilo bancário do Lula? Do Pacheco? Do Moraes? E de algum ministro? Por que o alvo da vigilância em formato de transparência é para o cidadão comum e não para eles mesmos? O vilão do Brasil é quem ganha R\$ 5 mil e não declara para poder sobreviver. Vocês querem mesmo que o brasileiro engula isso? Em breve, os comércios estarão usando essa placa e todo mundo vai voltar a usar dinheiro vivo. Afinal de contas, ninguém quer trabalhar um mês inteiro para depois o governo vir e morder o seu salário. Mas e aí, “migos” [sic], o que vocês irão fazer? Nós fizemos uma ação de controle de constitucionalidade junto ao PL Nacional para derrubar essa decisão da Receita Federal no STF. Sim, ao STF, que a maioria está lá e foi indicada pelo PT.
9. Eu sei que é desanimador, mas é a única saída que a gente tem. Percebeu a consequência de um voto mal-dado? Por fim, mas não menos importante, a oposição está coletando assinaturas para um projeto de lei para impedir que esse tipo de quebra de sigilo mascarado de transparência seja realizado. E em breve, vamos divulgar quem está a favor do governo tirar mais dinheiro seu. E nisso, eu preciso de você para cobrar. Não importa se você é de direita, esquerda, centro, gosta de mim ou não. É hora de entender que se a gente não parar o Lula, o Lula vai parar o Brasil.